

Construindo uma sociobioeconomia sustentável e equitativa na Amazônia

Guia de boas práticas para o setor privado

PARTE II

Parte da iniciativa:



The Nature
Conservancy 

 **Grupo BID**

PARTE II

Ferramentas, recursos e certificações

Parte da iniciativa:



PARTE II

Ferramentas, recursos e certificações

<http://www.iadb.org>

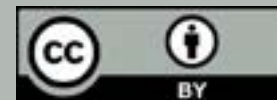
Copyright © **2026** Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esta obra está sujeita à Licença Pública Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode.pt>). Os termos e condições indicados no link da URL devem ser observados e o respectivo reconhecimento deve ser conferido ao BID.

Todas e quaisquer disputas que surgirem em relação a esta licença e que não possam ser resolvidas amigavelmente serão solucionadas de acordo com o seguinte procedimento. Mediante notificação de mediação, enviada por meios razoáveis por uma das partes à outra, a controvérsia será submetida à mediação não vinculativa, a ser conduzida em conformidade com o Regulamento de

Mediação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Qualquer controvérsia relacionada ao uso das obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente deverá ser submetida à arbitragem em conformidade com as regras da Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (CNUDCI). O uso do nome do BID para qualquer finalidade que não seja o devido reconhecimento, bem como o uso do logotipo do BID, não estão autorizados por esta licença e exigem um acordo de licença adicional.

Note que o link da URL inclui termos e condições que constituem parte integrante desta licença.

As opiniões expressas nesta obra são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente o ponto de vista do BID, do seu Diretório Executivo, ou dos países que representa.



Isenção de responsabilidade

As informações contidas nesta apresentação (*"Informações"*) são meramente conceituais. Os autores deste Guia de Boas Práticas (*os "Autores"*) fornecem essas Informações a você apenas para fins de discussão e educação. As Informações não constituem qualquer oferta ou recomendação de compra, nem solicitação de oferta de compra de qualquer título específico ou de outro produto financeiro. As Informações podem conter informações e dados financeiros baseados em expectativas e projeções atuais sobre eventos futuros e tendências financeiras. Essas informações podem não ser uma indicação precisa de eventos futuros ou desempenho futuro e estão sujeitas a riscos e incertezas. Nenhuma declaração ou garantia, expressa ou implícita, é feita quanto à precisão ou integridade das informações aqui contidas, e nada deve ser considerado como uma promessa ou declaração quanto ao desempenho futuro. Nenhum dos Autores está fornecendo qualquer conselho de investimento de acordo com este Guia de Boas Práticas, nem recomendando qualquer estratégia ou atividade de investimento.

Para obter a lista completa de autores, siglas, glossário e referências, consulte a última seção da PARTE I: Autoavaliação e princípios da sociobioeconomia.



Índice

- 6 Introdução →
- 8 Visão geral das principais certificações e padrões para a sociobioeconomia na Amazônia →
- 13 Mapeamento das práticas de sociobioeconomia para padrões, orientações e certificações reconhecidas internacionalmente →
- 66 Ferramentas e recursos prontos para uso →
- 103 Autores e principais colaboradores →



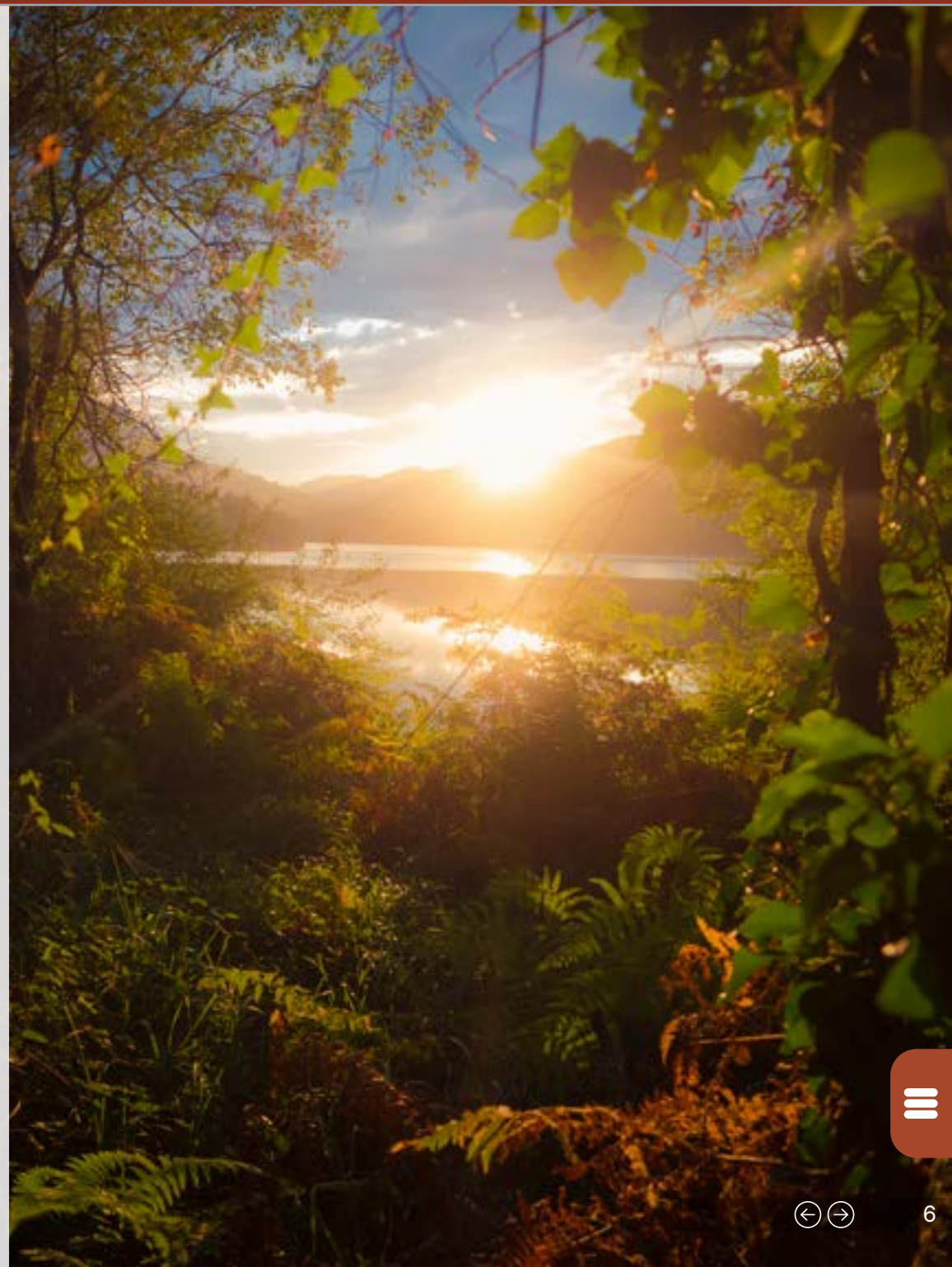
Introdução

Este documento é a Parte II do Guia de Boas Práticas em quatro partes para a Construção de uma Sociobioeconomia Sustentável e Equitativa na Amazônia. A Parte II traduz os princípios da sociobioeconomia em ações através de certificações, padrões e recursos prontos para seu uso. O Resumo Executivo oferece uma visão geral do guia completo enquanto a Parte I define princípios fundamentais para avaliar e implementar práticas da sociobioeconomia e a Parte III fornece casos de estudo tangíveis.

Esta parte do guia inclui:

- Uma visão geral de oito certificações relevantes para produtos florestais não madeireiros da Amazônia (**FSC, FairWild, UEBT, Fairtrade, Rainforest Alliance, certificação orgânica da União Europeia e da USDA e Origens Brasil®**)
- Um mapeamento abrangente que mostra como as práticas de sociobioeconomia se alinham com estruturas reconhecidas internacionalmente, como a **Política de Sustentabilidade Ambiental e Social do BID Invest, a Estrutura Ambiental e Social (ESF) do Banco Mundial e os Padrões de Desempenho da IFC**
- Uma biblioteca com **mais de 70 recursos prontos para uso**, incluindo modelos, listas de verificação e manuais que ajudam os profissionais a transformar os princípios e práticas da sociobioeconomia em ação.

Juntos, esses recursos permitem que os profissionais selecionem os padrões apropriados, alinhem-se às estruturas de *due diligence* e acessem as ferramentas específicas necessárias para operacionalizar as boas práticas.



Como usar a Parte II

A Visão geral das principais certificações e padrões: analise as oito certificações mais relevantes para a sociobioeconomia amazônica para entender seu escopo, principais pontos fortes e limitações e apoiar a tomada de decisões informadas.

B Padrões, orientações e certificações reconhecidos internacionalmente: consulte as sete tabelas de mapeamento abrangentes — uma para cada princípio da sociobioeconomia — para ver como as boas práticas se alinham aos requisitos de *due diligence* do BID Invest, da IFC e do Banco Mundial. Cada tabela descreve as expectativas mínimas de *due diligence* do BID Invest com requisitos específicos, referências exatas às normas correspondentes para verificação e identificação de quais certificações demonstram conformidade e onde pode ser necessária verificação adicional. Use esta seção para otimizar os processos de *due diligence* e demonstrar alinhamento com estruturas reconhecidas.

C Ferramentas e recursos prontos para uso: explore nossa biblioteca com mais de 70 ferramentas, organizadas pelos sete princípios da sociobioeconomia e áreas de prática específicas. As ferramentas incluem modelos de avaliação de risco, manuais de CLPI, plataformas de rastreabilidade, estruturas de monitoramento e recursos de capacitação — todos selecionados por sua aplicabilidade prática, reconhecimento internacional e usabilidade imediata. Cada entrada de ferramenta identifica quem pode se beneficiar dela, o que ela oferece e por que é útil, permitindo a identificação rápida do recurso certo para contextos e escalas específicos.

D Conexões com outras seções do guia: os princípios que essas certificações, normas e ferramentas apoiam são detalhados na **Parte I: Avaliação e princípios da sociobioeconomia**. As matrizes de autoavaliação na Parte I fazem referência a algumas dessas certificações e ferramentas, mostrando onde elas apoiam a implementação de práticas específicas. Exemplos reais de como as organizações usam essas certificações e ferramentas na prática são apresentados na **Parte III: Estudos de caso**.

E Para os leitores que utilizam esta seção como um recurso independente: os tomadores de decisão podem selecionar certificações, verificar a conformidade com as normas e acessar ferramentas de implementação sem consultar outras seções do guia. No entanto, aqueles que desejam entender por que práticas específicas são importantes ou como elas se conectam a princípios mais amplos de sociobioeconomia podem encontrar esse contexto na Parte I, enquanto aqueles que desejam ver exemplos práticos podem consultar a Parte III.

Esta seção fornece os instrumentos práticos que fazem a ponte entre a intenção e a implementação, garantindo que os compromissos com os princípios da sociobioeconomia se traduzam em ações verificáveis, apoiadas por normas confiáveis e ferramentas comprovadas.



Visão geral das principais certificações e padrões **para a sociobioeconomia na Amazônia**

Esta seção resume os sistemas de certificação e padrões mais relevantes para os produtos florestais não madeireiros (PFNM) da Amazônia, incluindo alimentos, cosméticos e têxteis. Eles foram selecionados para este guia devido ao seu uso generalizado ou porque enfatizam a conservação da floresta em pé, a participação justa e inclusiva da comunidade e a supervisão confiável para compradores do setor privado.

1

Gestão Florestal FSC¹

Certificação	Escopo e produtos	Principais pontos fortes para a sociobioeconomia	
	• Global. • Produtos florestais madeireiros e não madeireiros.	• Protege altos valores de conservação (<i>biodiversidade, água, locais culturais</i>). • Exige colheita sustentável e tem diretrizes rigorosas sobre a conversão florestal.	• Exige o respeito pelos direitos indígenas e possui orientações claras sobre o CLPI. • Promove termos claros para a partilha de benefícios e mecanismos de reclamação.
	Supervisão	Limitações	
	• Auditores terceirizados independentes credenciados pela FSC International.	Embora a certificação ofereça flexibilidade para pequenos produtores, ela pode ser cara e administrativamente exigente para pequenas empresas.	

2

FairWild²

Certificação	Escopo e produtos	Principais pontos fortes para a sociobioeconomia	
	• Global. • Plantas, fungos e líquenes colhidos na natureza. • Ecossistemas naturais/seminaturais.	• Reconhece direitos consuetudinários e conhecimentos tradicionais. • Metodologia altamente especializada para avaliar riscos de colheitas selvagens e usos sustentáveis. • Exige procedimentos de partilha de benefícios.	• Fundo Premium para o desenvolvimento comunitário. • Preços justos que cobrem todos os custos. • Inclui certificação da cadeia de custódia para processadores e comerciantes.
	Supervisão	Limitações	
	• Certificadores independentes terceirizados. • A Fundação FairWild supervisiona as normas.	Menor reconhecimento de mercado em comparação com selos mais estabelecidos, apesar de forte aplicabilidade para ingredientes de colheita silvestre.	

1 FSC. (2023). *FSC principles and criteria for forest stewardship* (FSC-STD-01-001 V5-3 EN); FSC. (2019). *Smallholder Forest Management Certification Guide*; FSC (2021). *Principles & Criteria for Forest Stewardship*; FSC Connect (n.d.), *FSC certification system*; FSC (n.d.). *Other forest products*.

2 FairWild Foundation (2023). *FairWild Standard V3*; FairWild Foundation (n.d.). *Standard Overview*; FairWild Foundation (2023). *Launch of Standard V3*; TRAFFIC. (2017). *Implementing the FairWild Standard for wild plant trade*.

3

UEBT Ethical BioTrade³

Certificação	Escopo e produtos	Principais pontos fortes para a sociobioeconomia	
	• Global. • Ingredientes baseados na biodiversidade (<i>plantas, fungos, microrganismos, derivados de animais</i>). • Produtos cultivados e colhidos na natureza.	• Proíbe o desmatamento e a conversão com data de corte em 2014. • Exige conformidade com a CDB, o Protocolo de Nagoya e a partilha equitativa de benefícios. • Exige consentimento e termos acordados para o acesso	- a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. • Promove relações de longo prazo com os produtores. • Preços justos que contribuem para uma renda digna.
Supervisão	Limitações		
• Auditorias independentes por terceiros. • Sistema público de monitoramento e avaliação para avaliar o impacto de suas práticas de BioComércio Ético.	Forte reconhecimento da indústria, mas menor visibilidade do consumidor devido ao seu foco business-to-business.		

4

Fairtrade International⁴

Certificação	Escopo e produtos	Principais pontos fortes para a sociobioeconomia	
	• Global. • Padrão para organizações de pequenos produtores. • Produtos cultivados e colhidos na natureza.	• Proíbe o desmatamento, a degradação e os organismos geneticamente modificados. • Requisitos rigorosos em matéria de trabalho e não discriminação.	• Garante um preço mínimo Fairtrade (<i>proteção contra a volatilidade do mercado</i>). • Prêmio Fairtrade para prioridades definidas pela comunidade.
Supervisão	Limitações		
• A FLOCERT realiza auditorias independentes, anunciadas e não anunciadas.	Amplamente respeitado nos setores agrícolas, com uma aplicação existente, mas mais limitada, aos PFNMs.		

3 UEBT (n.d.). *Ethical BioTrade Standard*; UEBT (n.d.). *Setting the Standard*; UEBT (2023). *Snapshot: UEBT Standard*; UEBT (2021). *Field Checklist*; CBD & UEBT (2012). *Fair and Equitable Benefit-Sharing Manual*; UEBT (2019). *Ethical BioTrade Standard*; UEBT (2018). *Guidelines for Biocultural Dialogues*; UEBT (n.d.). *Measuring Impact*; UEBT (2025). *Guidelines on Fair Prices and Local Sourcing Arrangements*; UEBT (n.d.). *Certification*; UEBT (2024). *Monitoring & Evaluation Report 2024*; Mallet, P. et al. (2021). *Fair Trade and sustainable agricultural practices*.

4 Fairtrade International. (2019). *Fairtrade standard for small-scale producer organizations*; Fairtrade International. (2021). *Standard operating procedure: Development of Fairtrade Minimum Price and Premium*; Fairtrade International. (n.d.). *The certification process: How to get Fairtrade certified*; Fairtrade International. (2023). *15th edition monitoring report*.

Certificação	Escopo e produtos	Principais pontos fortes para a sociobioeconomia	
5 Rainforest Alliance⁵	- Global. - Certificação de agricultura sustentável (por exemplo, café, cacau, banana, óleo de palma, chá, etc.).	- Proíbe o desmatamento e a degradação florestal. - Protege os direitos dos trabalhadores e das comunidades indígenas (CLPI). - Rastreabilidade robusta por meio da plataforma RA MultiTrace.	- Exige pagamentos de prêmios aos agricultores. - Apoia a agricultura climaticamente inteligente (por exemplo, agrossilvicultura) e práticas de adaptação.
	Supervisão	Limitações	
	Auditores terceirizados independentes conduzem ciclos de certificação de três anos.	Maior aplicabilidade na agricultura e agrofloresta, PFNMs existem, mas são menos representados.	

Certificação	Escopo e produtos	Principais pontos fortes para a sociobioeconomia	
6 Origens Brasil⁶	- Brasil. - Produtos/serviços sociobiodiversos provenientes de terras indígenas e unidades de conservação.	- Inclui Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais em suas estruturas de governança. - Relações baseadas em critérios de Comércio Ético. - Plataforma digital para negociação direta entre produtor e comprador.	- Rastreabilidade da origem e história por meio de código QR. - Abastecimento proveniente de florestas em pé.
	Supervisão	Limitações	
	Baseia-se em monitoramento interno e governança participativa.	Reconhecimento internacional limitado fora do Brasil em comparação com outros rótulos de abrangência geográfica mais ampla, embora em crescimento.	

5 RA (2020). Sustainable agriculture standard: Farm requirements and supply chain requirements (Version 1.4); RA (n.d.). Crops we certify; RA (n.d.). Sustainable agriculture certification for business; RA (n.d.). Our mission to protect the world's forests; RA (2020). FAQ: 2020 Sustainable Agriculture Standard – Farm requirements; RA (2020). Social annex: 2020 Sustainable Agriculture Standard; RA (2023). MultiTrace traceability user manual and guidance. RA (2021). Race to the top: Our new approach to shared responsibility; RA (2022). The RA assurance system: Supporting due diligence across the supply chain; RA (2022). Agroforestry: Resilient land use through more holistic production systems; RA (2023). Climate change mitigation.

6 Origens Brasil®. (2023). Manual de funcionamento da rede Origens Brasil®. (s.d.). Who we are.

7

[Orgânico da UE⁷](#)

Certificação	Escopo e produtos	Principais pontos fortes para a sociobioeconomia	
	• Para os mercados da União Europeia. • Produtos agrícolas, aquicultura, alimentos/rações processados, gado.	• Proíbe os organismos geneticamente modificados (<i>OGM</i>). • Diretrizes rigorosas sobre fertilizantes e produtos fitossanitários.	• Exige gestão ecológica e fertilidade do solo. • Incentiva canais de distribuição curtos.
	Supervisão	Limitações	
	• Organismos/autoridades de controle acreditados sob supervisão nacional com coordenação da UE.	Não abrange a equidade social, os direitos de propriedade intelectual do conhecimento tradicional ou os resultados específicos da conservação florestal; administrativamente exigente para pequenos agricultores fora dos esquemas de grupo.	

8

[USDA Orgânico⁸](#)

Certificação	Escopo e produtos	Principais pontos fortes para a sociobioeconomia	
	• Para os mercados dos Estados Unidos. • Culturas, gado, plantas silvestres e produtos processados.	• Proíbe OGM e radiação ionizante. • Restringe o uso de pesticidas e fertilizantes sintéticos.	• Promove a melhoria da qualidade do solo e da água. • Inclui disposições sobre a colheita de culturas silvestres.
	Supervisão	Limitações	
	• Agentes certificadores credenciados pelo USDA.	Não aborda questões de equidade social, direitos indígenas, propriedade intelectual de conhecimentos tradicionais e/ou resultados de conservação florestal; os encargos administrativos representam um desafio para as operações de pequenos agricultores.	

Para obter requisitos mais detalhados de cada certificação, consulte os sites oficiais ou entre em contato diretamente com os órgãos certificadores.

7 European Union. (2018). Regulation (EU) 2018/848 on organic production; Fair Trade Advocacy Office (2025). Simplification measures for the EU Organic Regulation; European Accreditation (2024). Updated accreditation of organic production certification.

8 USDA. (2025). National Organic Program regulations (7 CFR Part 205); Carter, D. P., Adams, I. T., Wright, S., & Scott, T. A. (2022). Appraising the administrative burden of USDA organic certification: A descriptive analysis of Notice of Noncompliance data.



Mapeamento das práticas de sociobioeconomia para padrões, orientações e certificações reconhecidas internacionalmente

Esta seção mapeia as boas práticas do guia em relação aos padrões internacionais mais relevantes para iniciativas de sociobioeconomia, incluindo a Política de Sustentabilidade do BID Invest, a Estrutura Ambiental e Social (EAS) e as Diretrizes Ambientais, de Saúde e Segurança (DASS) do Banco Mundial e os Padrões de Desempenho da IFC. O objetivo é mostrar como as iniciativas de sociobioeconomia podem se alinhar aos requisitos reconhecidos de *due diligence*, ao mesmo tempo em que promovem boas práticas na Amazônia. Cada tabela destaca: (i) as expectativas mínimas de diligência prévia de acordo com a política do BID Invest, (ii) as normas correspondentes da IFC e do Banco Mundial e (iii) exemplos de certificações e ferramentas que podem demonstrar conformidade.

Sete princípios da sociobioeconomia amazônica

1 Avaliar riscos e integrar salvaguardas ambientais e sociais sólidas



2 Respeitar os Povos Indígenas, Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais e locais



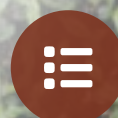
3 Estabelecer condições de trabalho justas, seguras e legais *(trabalhadores diretos)*



4 Construir cadeias de valor éticas, rastreáveis e transparentes



5 Proteger e restaurar a natureza, o clima e a biodiversidade



6 Demonstrar impacto e prestar contas



7 Fortalecer capacidades e redes



Como usar?



Posicione o cursor sobre o círculo e clique se ele atender ao requisito; você pode salvar o documento para não perder sua(s) seleção(ões) e continuar quando necessário.

Utilize recursos como “Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC” e “Certificações/Padrões que Demonstram Conformidade” como fontes de referência para a correta implementação de cada Princípio.



Princípio 1

Avaliar riscos e integrar salvaguardas ambientais e sociais sólidas

Este princípio está diretamente relacionado aos requisitos do BID Invest para avaliação ambiental e social proporcional, listas de exclusão e hierarquia de mitigação, que se alinham estreitamente com o PD1 da IFC e o NAS1 do Banco Mundial. Ele também incorpora salvaguardas de gênero e direitos humanos (NAS1, NAS7, NAS10; PD1, PD7) e mecanismos de reclamação (NAS2, NAS10; PD1, PD2). A tabela ilustra como as iniciativas de sociobioeconomia cumprem os requisitos mínimos de *due diligence* e quais certificações ou ferramentas oferecem cobertura parcial ou total.

Área de boas práticas

1

Avaliação ambiental e social e plano de ação



2

Salvaguardas de gênero e direitos humanos



3

Mecanismos de reclamação e reparação para comunidades e trabalhadores





1

Avaliação ambiental e social e plano de ação

Ferramentas  *Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)*

- ☐ Aplicar a Lista de Exclusão do BID Invest.
- ☐ Realizar uma avaliação ambiental e social (AAS) proporcional ao risco (*lista de verificação/análise, PGAS/EGAS ou AIAS*), com registro da data da triagem, fontes de dados e função responsável.
- ☐ Garantir que a identificação das partes interessadas inclua grupos vulneráveis e Povos Indígenas, com protocolos especiais nos casos em que possam estar presentes povos em isolamento voluntário, incluindo o uso de zonas de exclusão e consulta a especialistas.
- ☐ Documentar a aplicação da hierarquia de mitigação, com análise de prevenção registrada antes das medidas residuais.
- ☐ As lacunas e medidas com prazo determinado são consolidadas em um **PAAS⁹** com proprietário, prazo e verificação de encerramento; o **ESCR¹⁰** anual documenta o progresso.
- ☐ Atribuir responsabilidade pela gestão ambiental e social (*funcionário ou equipe designada*).
- ☐ A implementação progressiva do SGAS/AAS ou planos para preencher as lacunas existentes dentro de um prazo definido são aceitáveis nas fases iniciais.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC

PSAS do BID Invest:

Sec: Avaliação Ambiental e Social e Categorização de Riscos de Investimentos Diretos, p. 12-15, nº 32, nº 39-44.

MI do BID Invest:

Sec: PIII 3.2 Avaliação Ambiental e Social (AAS), p.110-114.

Sec: PIII 1. Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS), p.104-106, 120-121.

Sec: Anx A Lista de Exclusão, p.162-163.

PD da IFC:

PD1: parágrafos 5-18, GN5, GN7, GN22-GN25, GN61-GN64, GN68-GN69, GN72-GN73 p.5-6, 12-13, 21-25.

DASS do BM:

Sec: Abordagem Geral para a Gestão de Questões de EHS, p. 2.

EAS do BM:

NAS1, NAS1 ANEXO 1.

9 PAAS (Plano de Ação Ambiental e Social): Um plano com prazo determinado que descreve as ações corretivas que um projeto deve tomar para atender aos padrões ambientais e sociais, geralmente desenvolvido durante a *due diligence* quando são identificadas lacunas.

10 ESCR (Relatório de Conformidade Ambiental e Social, siglas em inglês): Um relatório periódico apresentado pelo cliente para demonstrar o progresso e a conformidade com os compromissos ambientais e sociais acordados, incluindo a implementação do PGAS e do PAAS.

Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Parcial

Avaliação de risco e responsabilidade cobertos; não aborda totalmente a lista de exclusão e o PAAS/ESCR.

FairWild

Parcial

Avaliação de risco e responsabilidade cobertos; lista de exclusão e PAAS/ESCR não totalmente abordadas.

UEBT

Parcial

AAS baseada no risco e responsabilidade cobertos; lista de exclusão e PAAS/ESCR não totalmente abordadas.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Parcial

Avaliação de risco e responsabilidade cobertas; lista de exclusões e PAAS/ESCR não totalmente abordadas.

Rainforest Alliance (RA)

Parcial

Avaliação de risco e responsabilidade cobertas; lista de exclusão e PAAS/ESCR não totalmente abordadas.

Origens Brasil®

Parcial

Avaliação de risco e responsabilidade cobertas; lista de exclusão e PAAS/ESCR não totalmente abordadas.

Certificação orgânica da UE

Parcial

Avaliação ambiental e responsabilidade cobertas; lista de exclusões e PAAS/ESCR não totalmente abordadas.

Certificação orgânica USDA

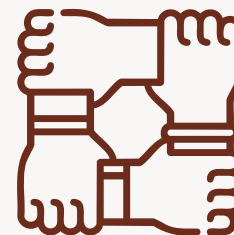
Não

Sem AAS, lista de exclusão, PAAS/ESCR ou mecanismos de responsabilidade A&S.

1 Avaliação ambiental e social e plano de ação

Volte





2

Salvaguardas de gênero e direitos humanos

Ferramentas



Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)

A empresa deve:



Realizar uma análise de risco de gênero e direitos humanos com proprietários, cronogramas e fontes de verificação.



Documentar a mitigação no plano do projeto com resultados, metas de cobertura, orçamento e evidências (*por exemplo, cláusulas de VBG, espaços de consulta para mulheres/jovens*).



Garantir que as ações de equidade sejam orçadas.



Um plano documentado para introduzir essas ações é aceitável nos estágios iniciais.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC



PSAS do BID Invest

Sec: Gestão de Riscos de Gênero e Igualdade, p. 8-9, nº 21.

Sec: Direitos Humanos, p.7, nº 17.

MI do BID Invest:

Sec: PII 2. Grupos vulneráveis e desfavorecidos, p.40-46.

Sec: PII 3. Direitos Humanos, p.55-56.

PD da IFC:

PD1: parágrafos 5, 13-17, 30-31; GN44-GN50, GN68-GN69, GN96, GN103, p.5, 17-19, 21-25, 33, 35-37.

PD2: parágrafos 15; GN9, GN41-GN42, GN44, GN76, p. 57, 63-64, 72.

DASS do BM:

N/A.

EAS do BM:

NAS1.

Certificações



2 Salvaguardas de gênero e direitos humanos

Volte



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Parcial

Promove a igualdade de gênero e o engajamento; carece de uma ferramenta de triagem formal e não especifica a dotação orçamentária para atividades que promovam a equidade.

FairWild

Parcial

Promove a igualdade de gênero e o engajamento, triagem de direitos humanos; não especifica a dotação orçamentária para atividades que promovam a equidade.

UEBT

Sim

Promove a igualdade de gênero e o engajamento; triagem de direitos humanos e demanda orçamento para atividades que promovam a equidade.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Parcial

Promove a igualdade de gênero e o engajamento, triagem formal; não especifica a dotação orçamentária para atividades que promovam a equidade.

Rainforest Alliance (RA)

Parcial

Promove a igualdade de gênero e o engajamento, triagem de direitos humanos e gênero e mitigação; não especifica a dotação orçamentária para atividades que promovam a equidade.

Origens Brasil®

Parcial

Promove a igualdade de gênero e o engajamento; carece de triagem formal e orçamento para ações de equidade.

Certificação orgânica da UE

Não

Sem triagem de gênero, mitigação, orçamento ou planejamento de equidade.

Certificação orgânica USDA

Não

Sem triagem de gênero, mitigação, orçamento ou planejamento de equidade.



3

Mecanismos de reclamação e reparação para comunidades e trabalhadores

Ferramentas 

Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)

- Estabelecer e divulgar um mecanismo de reclamação e reparação (GRM) culturalmente adequado para comunidades e trabalhadores, com descrições dos canais, idiomas, horários, pontos de contato e opção anônima, quando relevante.
- Incluir uma política antirretaliação com etapas de investigação, ações corretivas, medidas disciplinares e proteções para reclamantes e testemunhas.
- Designar um funcionário responsável para acompanhar e resolver as reclamações com níveis de serviço definidos (*tempo de reconhecimento, início da investigação, meta de resolução*).
- As reclamações são acompanhadas e há evidências de resolução (*por exemplo, registro de reclamações ou arquivo de resolução*) com IDs de caso, carimbos de data/hora, categoria, resultado, verificações de recorrência e feedback do reclamante; o desempenho agregado é divulgado.
- Um procedimento escrito e um cronograma para operacionalização são suficientes como mínimo.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC

PSAS do BID Invest:

Sec: Mecanismos de reclamação, p. 8, nº 19.
Sec: Represálias, p. 8, nº 20.

MI do BID Invest:

Sec: PIII 5. Mecanismos de responsabilização, p.150-154.
Sec: PII 4.6 Proteção contra violência e represálias, p.71-72.

PD da IFC:

PD1: parágrafo 35; GN109-GN110, p.37-38.
PD2: parágrafo 20; GN57-GN58, Anexo D, p.67, 80 /
PD7: GN21, p. 218.

DASS do BM:

Sec: 1.5 Gestão de Materiais Perigosos -
Envolvimento e Conscientização da Comunidade,

p.44 (*para divulgação de grandes quantidades de materiais perigosos*).

EAS do BM:

NAS2, NAS10, NAS10 ANEXO 1.



Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC

Parcial

Existem canais de reclamação; sem política antirretaliação explícita e responsável designado para lidar com reclamações.

FairWild

Parcial

Existem canais de resolução de conflitos; sem política anti retaliação e responsável designado para lidar com as reclamações.

UEBT

Parcial

Existem canais de reclamação; sem política antirretaliação explícita.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Parcial

Existem canais de reclamação e política anti retaliação; sem responsável designado para lidar com as reclamações.

Rainforest Alliance (RA)

Sim

Os canais de reclamação são acessíveis, anônimos e incluem medidas antirretaliação e pessoal designado.

Origens Brasil®

Parcial

Existem canais de reclamação com responsável designado para lidar com reclamações; carece de política antirretaliação.

Certificação orgânica da UE

Não

Não há disposições relativas a GRM, antirretaliação ou acompanhamento de reclamações.

Certificação orgânica USDA

Parcial

Existe mediação; falta GRM, antirretaliação e acompanhamento de reclamações.

Volte



Como usar?



Posicione o cursor sobre o círculo e clique se ele atender ao requisito; você pode salvar o documento para não perder sua(s) seleção(ões) e continuar quando necessário.



Utilize recursos como “Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC” e “Certificações/Padrões que Demonstram Conformidade” como fontes de referência para a correta implementação de cada Princípio.

Princípio 2

Respeitar os Povos Indígenas, Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais e locais

Este princípio reflete os requisitos do BID Invest em matéria de divulgação, consulta, reconhecimento dos direitos à terra e aos recursos e Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) para os Povos Indígenas. Essas disposições estão enraizadas nas Padrões de Desempenho da IFC — particularmente PD1, PD5, PD7 e PD8 — e estão geralmente alinhadas com a Estrutura Ambiental e Social do Banco Mundial (NAS5, NAS7, NAS8, NAS10) e as DASS. A lista de verificação de *due diligence* ilustra como as iniciativas de sociobioeconomia podem traduzir esses compromissos na prática, desde o compartilhamento de informações acessíveis até o reconhecimento da posse da terra, com exemplos de certificações e ferramentas que podem ajudar a demonstrar o alinhamento.

Área de boas práticas

1

Engajamento da comunidade: determinado pelos impactos da iniciativa e pelos direitos das partes interessadas e dos detentores de direitos afetados

A

Compartilhar informações com o público (*comunicação básica*)



B

Consultar as comunidades de forma significativa (*Consulta e Participação Informada - CPI*)



C

Buscar o consentimento dos Povos Indígenas e de outras Comunidades Tradicionais ou Tribais (*Consentimento Livre, Prévio e Informado - CLPI*)



4

Posse da terra e acesso a recursos



5

Patrimônio cultural e conhecimentos tradicionais





Compartilhar informações com o público (*comunicação básica*)

Ferramentas  

Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)



Estabelecer um canal de comunicação externo bidirecional acessível para as comunidades afetadas, com proprietário designado, frequência de atualização e repositório.



Compartilhar informações do projeto nos idiomas locais.



Identificar e atribuir responsabilidades para a ligação com a comunidade.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC



PSAS do BID Invest:

Sec: Envolvimento das partes interessadas, p.7, nº 18.

MI do BID Invest:

Sec: PII 4.3. Acesso à informação, p. 67.

PD da IFC:

PD1: parágrafos 29, 34; GN98-GN99, GN108-GN109, p. 33-35.

PD7: GN19, p. 217.

DASS do BM:

Sec: 3.7 Preparação e resposta a emergências

- Notificação à comunidade, p. 86 (*para potenciais emergências*).

Sec: 1.5 Gestão de materiais perigosos -

Envolvimento e conscientização da comunidade, p. 44 (*para divulgação de grandes quantidades de materiais perigosos*).

EAS do BM:

NAS1, NAS10.



Certificações



Compartilhar informações com o público (comunicação básica)

Volte



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Parcial

Exige resumos públicos e envolvimento; carece de requisitos linguísticos e designação de contato.

FairWild

Parcial

É necessária a comunicação com as partes interessadas; não são especificados o idioma local e a função de contato.

UEBT

Parcial

Exige resumos públicos e envolvimento; não há requisitos de idioma nem designação de contato.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Parcial

A comunicação interna é acessível; carece de canais externos e designação de contato.

Rainforest Alliance (RA)

Sim

É necessária comunicação bidirecional, acesso ao idioma local e designação de contato.

Origens Brasil®

Sim

São definidos vários canais de comunicação culturalmente adequados e responsabilidades de contato.

Certificação orgânica da UE

Não

Não há canais de comunicação, acessibilidade linguística ou funções de ligação.

Certificação orgânica USDA

Não

Sem canais de comunicação, acessibilidade linguística ou funções de ligação.





B

Consultar as comunidades de forma significativa (*Consulta e Participação Informada - CPI*)

Ferramentas  

Due diligence mínima e necessidades empresariais (*Política/Manual do BID Invest*)



Desenvolver um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (*PEPI*) ou uma estrutura de envolvimento das partes interessadas (*se a localização for desconhecida*) proporcional ao risco do projeto, com segmentação do público, frequência, formatos, fluxo de trabalho de aprovação e repositório.



Consultar antecipadamente, de forma iterativa e culturalmente adequada, incluindo mulheres e grupos vulneráveis, com listas de presença, materiais no idioma local e registros de respostas.



Documentar as contribuições e como elas influenciaram o desenho do projeto com um registro de alterações vinculando as contribuições às decisões.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC



PSAS do BID Invest:

Sec: Investimentos Diretos, p.12, #32(iv).

MI do BID Invest:

Sec: PII 4. Envolvimento das partes interessadas, p.59-69.

PD da IFC:

PD1: parágrafos 27-28, 30-31; GN94-GN98, GN104-GN105, p. 32-33, 35-36.

PD7: GN14-GN19, p. 216-217.

DASS do BM:

N/A.

EAS do BM:

NAS10.

Certificações



B Consultar as comunidades de forma significativa (Consulta e Participação Informada - CPI)

Volte



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Parcial

É necessário o envolvimento; falta um PEPI formal e documentação não requerida explicitamente sobre a influência no projeto.

FairWild

Parcial

Envolvimento inclusivo incentivado; carece de PEPI formal e documentação de influência no desenho.

UEBT

Parcial

O envolvimento é exigido; falta um PEPI formal e documentação sobre a influência no projeto.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Parcial

Incentiva o planejamento inclusivo; carece de PEPI formal e documentação de influência no desenho.

Rainforest Alliance (RA)

Parcial

É necessária uma consulta inclusiva; carece de PEPI formal e documentação da influência no projeto.

Origens Brasil®

Parcial

O envolvimento é inclusivo; falta um PEPI formal e documentação sobre a influência no projeto.

Certificação orgânica da UE

Não

Sem PEPI, processo de consulta ou documentação da contribuição da comunidade.

Certificação orgânica USDA

Não

Sem PEPI, processo de consulta ou documentação da contribuição da comunidade.





Buscar o consentimento dos Povos Indígenas e de outras Comunidades Tradicionais ou Tribais (*Consentimento Livre, Prévio e Informado - CLPI*)

Ferramentas



Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)



Quando os Povos Indígenas forem afetados, garantir o CLPI com condições desencadeadoras, prazos e requisitos de documentação.



Os acordos escritos devem ser documentados no PEPI/PPI.



Preparar um Plano dos Povos Indígenas (*PPI*) ou equivalente, incluindo mapas das áreas afetadas, listas de presença, materiais informativos no idioma local, registros de perguntas e respostas e evidências da autoridade signatária.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC



PSAS do BID Invest:

Sec: Povos Indígenas e Outros Grupos Vulneráveis, p.9, #22.

Sec: Investimentos Diretos, p.12, nº 32(iv).

MI do BID Invest:

Sec: PII 2. Grupos Vulneráveis e Desfavorecidos, p.40-41, 47-50.

PD da IFC:

PD7: parágrafo 12, GN13, GN24-GN41, GN56, GN58, Anexo A - Plano para os Povos Indígenas (*PPI*), p. 215-216, 218-222, 228, 231.

DASS do BM:

N/A.

EAS do BM:

NAS7.



Certificações



Buscar o consentimento dos Povos Indígenas e de outras Comunidades Tradicionais ou Tribais (*Consentimento Livre, Prévio e Informado - CLPI*)

Volte



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Parcial

É necessário o Consentimento Livre, Prévio e Informado (*CLPI*); acordos não são requeridos para serem documentados no PPI e no PEPI.

FairWild

Parcial

Direitos consuetudinários respeitados; CLPI e PPI não exigidos explicitamente.

UEBT

Parcial

CLPI e acordos exigidos; falta documentação formal de PPI e PEPI.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Parcial

Referências OIT C169; falta documentação formal de PPI e acordo escrito.

Rainforest Alliance (RA)

Parcial

É necessário o CLPI; falta documentação formal do PPI e do PEPI dos acordos.

Origens Brasil®

Parcial

Existem acordos e participação voluntária; falta documentação formal de CLPI e PPI.

Certificação orgânica da UE

Não

Não há CLPI, PPI ou acordos escritos com comunidades indígenas.

Certificação orgânica USDA

Não

Sem CLPI, PPI ou acordos escritos com comunidades indígenas.





2

Posse da terra e acesso a recursos

Ferramentas  *Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)*

Realizar uma avaliação da posse da terra identificando reivindicações, sobreposições e áreas contestadas com mapas, extratos de registros e referências ao reconhecimento consuetudinário, quando aplicável.



Desenvolver um plano com prazo determinado para garantir o reconhecimento/titulação ou direitos de custódia com as comunidades.



O reassentamento ou realocação involuntária, embora permitido em determinadas circunstâncias pela Estrutura de Políticas do BID Invest, não está alinhado com os princípios da sociobioeconomia.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC **PSAS do BID Invest**

Sec: Povos Indígenas e Outros Grupos Vulneráveis, p.9, nº 22.

MI do BID Invest

Sec: PII 2.2 Povos Indígenas, p.46-50.

PD da IFC:

PD7: parágrafos 13-14, GN28-GN29, GN38-GN41, p.219-223.

PD5: parágrafos 5-8; GN16-GN18, p.136-138.

DASS do BM:

N/A.

EAS do BM:

NAS7.

Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Parcial

Direitos de posse e CLPI cobertos; faltam planos de titulação com prazo definido; reassentamento involuntário não permitido.

FairWild

Sim

Avaliação da posse necessária.

UEBT

Parcial

Direitos de posse e CLPI cobertos; faltam planos de titulação.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Parcial

Requer resolução de conflitos; carece de avaliação formal da posse e plano de titulação.

Rainforest Alliance (RA)

Parcial

Direitos de posse e CLPI cobertos; carece de planos de titulação.

Origens Brasil®

Parcial

Existe diagnóstico territorial; faltam planos de titulação e avaliação de conflitos fundiários.

Certificação orgânica da UE

Não

Não há avaliação da posse da terra, plano de titulação ou política de reassentamento.

Certificação orgânica USDA

Não

Sem avaliação da posse da terra, plano de titulação ou política de reassentamento.

Volte





3

Patrimônio cultural e conhecimentos tradicionais

Ferramentas  *Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)*

Identificar locais de patrimônio cultural e práticas tradicionais com a participação da comunidade.



Realizar avaliações de risco/impacto utilizando a hierarquia de mitigação e registrar as decisões e evidências.



Estabelecer procedimentos para achados fortuitos nos contratos, com etapas de interrupção imediata do trabalho, delimitação, notificação, avaliação, mitigação e liberação formal.



Obter consentimento e acordos de partilha de benefícios antes de utilizar o conhecimento tradicional, com elegibilidade, base de cálculo, calendário de desembolso e vias de reclamação.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC **PSAS do BID Invest:**

Sec: Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário e Patrimônio Cultural, p.10, #25 (ii).

MI do BID Invest:

Sec: PII 8. Patrimônio Cultural, p. 91-93.

PD da IFC:

PD8: parágrafos 6-9, 11-12, 16, GN6-GN9, GN15-GN22, GN28-34, p. 237-242, 244-245.

PD7: parágrafos 17-20, GN49-GN53, p.226-227.

DASS do BM:

N/A.

EAS do BM:

NAS8, NAS7.

Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Parcial

Protege o patrimônio e exige o CLPI; carece de procedimentos para descobertas fortuitas e hierarquia de mitigação.

FairWild

Parcial

Patrimônio e conhecimento respeitados; procedimentos para descobertas fortuitas não abordados.

UEBT

Parcial

Protege o patrimônio e exige o CLPI; carece de procedimentos para descobertas fortuitas e hierarquia de mitigação.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Parcial

Incentiva a proteção do patrimônio; carece de procedimentos para descobertas fortuitas e salvaguardas para PI.

Rainforest Alliance (RA)

Parcial

Protege o patrimônio e exige o CLPI; carece de procedimentos de descoberta acidental e hierarquia de mitigação.

Origens Brasil®

Parcial

O patrimônio é valorizado; carece de procedimentos para descobertas fortuitas e consentimento explícito para o uso do conhecimento.

Certificação orgânica da UE

Não

Sem identificação do patrimônio, avaliação de riscos ou proteções para PI.

Certificação orgânica USDA

Não

Sem identificação do patrimônio, avaliação de riscos ou proteções para PI.

3 Patrimônio cultural e conhecimentos tradicionais

Volte



Como usar?



Posicione o cursor sobre o círculo e clique se ele atender ao requisito; você pode salvar o documento para não perder sua(s) seleção(ões) e continuar quando necessário.

Utilize recursos como “Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC” e “Certificações/Padrões que Demonstram Conformidade” como fontes de referência para a correta implementação de cada Princípio.



Princípio 3

Estabelecer condições de trabalho justas, seguras e legais (*trabalhadores diretos*)

Este princípio está alinhado com os requisitos do BID Invest para contratos justos, salários pontuais, condições de trabalho seguras e saudáveis e proteções contra trabalho infantil e forçado. Essas disposições estão ancoradas no Padrão de Desempenho 2 da IFC sobre Trabalho e Condições de Trabalho e são apoiadas pelo NAS2 e NAS4 do Banco Mundial e pelas diretrizes ambientais de saúde e segurança relevantes. A lista de verificação de *due diligence* ilustra como as iniciativas podem atender a essas expectativas na prática, desde o fornecimento de contratos por escrito e sistemas básicos de SSO até a prevenção do trabalho infantil perigoso e do trabalho forçado, com exemplos de certificações que já incorporam essas proteções.

Área de boas práticas

1

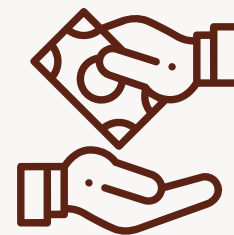
Condições de trabalho claras, segurança e salários justos



2

Prevenção do trabalho infantil e forçado e segurança dos jovens





1

Condições de trabalho claras, segurança e salários justos

Ferramentas



Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)



Fornecer a todos os trabalhadores (*diretos, contratados, sazonais, migrantes*) um contrato por escrito que indique claramente salários, horários/horas extras, férias e indenizações; pagar em dia com apenas deduções legais.



Operar um sistema básico de SSO proporcional aos riscos: identificar perigos, fornecer e usar EPI, treinar trabalhadores, manter registros de incidentes.



Manter um plano de preparação para emergências com funções, contatos, primeiros socorros e evacuação; realizar simulados periódicos.



Garantir segurança, higiene e privacidade.



Garantir tratamento igualitário e não discriminação (*incluindo trabalhadores migrantes/sazonais*) e acesso a um canal de reclamações dos trabalhadores, onde os resultados dos casos são acompanhados até a conclusão.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC



PSAS do BID Invest:

Sec: Trabalho, Saúde e Segurança, p.9, nº 24.

MI do BID Invest:

Sec: PII 6. Trabalho e Condições de Trabalho, p.77-83.

Sec: PII 7. Saúde e Segurança, p.85-87.

PD da IFC:

PD2: parágrafos 9-12, 15, 20, 23, GN9, GN14-GN18, GN21-GN22, GN30-GN32, GN57, GN76-GN83, Anexo C, D, p.57-64, 67, 71-73, 79-80.

DASS do BM:

Sec: 2.0 Saúde e Segurança Ocupacional - Aplicabilidade e Abordagem, p.60.

Sec: 2.7 Equipamento de Proteção Individual (EPI), p.73-74.

Sec: 2.2 Comunicação e Treinamento - Treinamento em SSO, p.63-64.

Sec: 2.9 Monitoramento, p.75.

Sec: 2.1 Projeto e Operação Geral das Instalações - Primeiros Socorros, p.63.

Sec: 3.7 Preparação e resposta a emergências, p.86.

EAS do BM:

NAS2, NAS4.

Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Sim

Abrange contratos, salários, SSO, preparação para emergência e acesso a reclamações.

FairWild

Sim

São exigidos contratos, salários justos e condições de trabalho seguras.

UEBT

Sim

Abrange contratos, salários, saúde e segurança no trabalho, planos de emergência e acesso a reclamações.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Sim

Abrange contratos, salários, SSO, planos de emergência, higiene e acesso a reclamações.

Rainforest Alliance (RA)

Sim

Abrange contratos, salários, saúde e segurança no trabalho, planos de emergência, higiene, privacidade e acesso a reclamações.

Origens Brasil®

Parcial

Contratos e ética cobertos; não abrange SST, planos de emergência e normas de higiene.

Certificação orgânica da UE

Parcial

Higiene abordada; faltam contratos, salários e mecanismos de reclamação.

Certificação orgânica USDA

Parcial

Alguma formação e planos de emergência; faltam contratos e proteções para os trabalhadores.

**Condições de trabalho claras,
segurança e salários justos**

Volte





2

Prevenção do trabalho infantil e forçado e segurança dos jovens

Ferramentas



Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)



Sem trabalho infantil abaixo da idade mínima legal nacional (*e nunca em trabalhos perigosos*).



Jovens trabalhadores (14-17) apenas em tarefas não perigosas, com horário restrito que não interfira na escolaridade; manter registros de verificação de idade.



Sem trabalho forçado (*sem retenção de documentos de identidade, depósitos ou coerção; liberdade para deixar o emprego de acordo com a lei e o contrato*).



Ter uma política sucinta que proíba o trabalho infantil e forçado e estabeleça procedimentos para verificar a idade e selecionar fornecedores para esses riscos, proporcionais à empresa.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC


PSAS do BID Invest:

Sec: Trabalho, Saúde e Segurança, p.9, nº 24.

Sec: PII 6.9. Trabalho forçado e tráfico de pessoas, p. 83-84.

DASS do BM:

N/A.

MI do BID Invest:

Sec: PII 6.8. Trabalho infantil, p.82-83.

PD da IFC:

PD2: parágrafos 21-22; GN61-GN64, GN67-GN75, p. 68-71.

EAS do BM:

NAS2.

Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Sim

Proíbe o trabalho infantil e forçado; exige proteção de jovens e supervisão dos fornecedores.

FairWild

Sim

Proíbe o trabalho infantil e forçado; exige verificação da idade e políticas.

UEBT

Sim

Proíbe o trabalho infantil e forçado; exige verificação de idade e supervisão dos fornecedores.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Sim

Proíbe o trabalho infantil e forçado; exige verificação da idade e supervisão dos fornecedores.

Rainforest Alliance (RA)

Sim

Proíbe o trabalho infantil e forçado; exige verificação da idade e supervisão dos fornecedores.

Origens Brasil®

Parcial

Não possui proibições formais e procedimentos de verificação.

Certificação orgânica da UE

Não

Não há políticas contra o trabalho infantil, proteção aos jovens ou trabalho forçado.

Certificação orgânica USDA

Não

Sem políticas contra o trabalho infantil, proteção aos jovens ou trabalho forçado.

Volte



Como usar?



Posicione o cursor sobre o círculo e clique se ele atender ao requisito; você pode salvar o documento para não perder sua(s) seleção(ões) e continuar quando necessário.

Utilize recursos como “Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC” e “Certificações/Padrões que Demonstram Conformidade” como fontes de referência para a correta implementação de cada Princípio.



Princípio 4

Construir cadeias de valor éticas, rastreáveis e transparentes

Este princípio está diretamente alinhado com as expectativas do BID Invest de que as empresas mantenham a rastreabilidade da cadeia de suprimentos, ofereçam condições comerciais justas às comunidades e implementem sistemas de governança sólidos para prevenir a corrupção e a retaliação. Esses requisitos se baseiam diretamente nos Padrões de Desempenho 1, PD2, PD6 e PD7 da IFC, que estabelecem referências para a gestão de riscos da cadeia de suprimentos, compartilhamento de benefícios e prestação de contas. A política do Banco Mundial também está alinhada (NAS6, NAS7, NAS10). A lista de verificação de *due diligence* destaca como as empresas podem atender a essas expectativas na prática, com exemplos de certificações que demonstram conformidade.

Área de boas práticas

1

Rastreabilidade e transparência na cadeia de suprimentos



2

Termos comerciais e compartilhamento equitativo de benefícios



3

Governança empresarial e prestação de contas





1

Rastreabilidade e transparência na cadeia de suprimentos

Ferramentas



Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)



Manter um registro atualizado dos fornecedores (*nomes, localizações, produtos*).



Manter registros de compras que permitam rastrear as matérias-primas até o primeiro coletor/produtor.



Identificar os principais riscos ambientais e sociais na cadeia de suprimentos (*trabalho infantil, desmatamento, trabalho inseguro etc.*) e documentá-los.



Incluir cláusulas mínimas de A&S nos contratos com os principais fornecedores (*por exemplo, proibição de trabalho infantil, proibição de conversão de habitat, condições de trabalho seguras*).

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC



PSAS do BID Invest:

Sec: Abordagem para projetos de investimento, p. 11, nº 30.

MI do BID Invest:

Sec: PIII 3.8. Gestão da Cadeia de Suprimentos, p.125-126.

PD da IFC:

PD2: parágrafos 27-29; GN93-GN97, p. 75-76.
PD6: parágrafo 30; GN135-GN140, p.199-200.

DASS do BM:

N/A.

EAS do BM:

NAS6, NAS2, NAS1 Anexo 3.



Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Sim

Exige registros de fornecedores, rastreabilidade, monitoramento de riscos e obrigações de conformidade dos fornecedores.

FairWild

Sim

São exigidos rastreabilidade, identificação de riscos e contratos éticos.

UEBT

Sim

Exige registros dos fornecedores, rastreabilidade, monitoramento de riscos e cláusulas contratuais.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Parcial

Rastreabilidade e monitoramento de riscos cobertos; faltam cláusulas contratuais com fornecedores.

Rainforest Alliance (RA)

Sim

Exige registros de fornecedores, rastreabilidade, monitoramento de riscos e cláusulas contratuais.

Origens Brasil®

Sim

Registros de fornecedores, rastreabilidade, monitoramento de riscos e cláusulas contratuais estão em vigor.

Certificação orgânica da UE

Parcial

Rastreabilidade coberta; falta identificação de riscos ambientais e sociais e cláusulas contratuais.

Certificação orgânica USDA

Parcial

Rastreabilidade existente; falta triagem de riscos ambientais e sociais e cláusulas contratuais.

**Rastreabilidade e transparência
na cadeia de suprimentos**

Volte





2

Termos comerciais e compartilhamento equitativo de benefícios

Ferramentas



Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)



Estabelecer um acordo de partilha de benefícios por escrito (*por exemplo, memorando de entendimento, contrato ou plano comunitário*) desenvolvido através de consulta ou CLPI, quando aplicável.



Os acordos devem estabelecer condições de preço, comprovação de pagamento integral/pontual e compensação pelo uso da terra/recursos.



Manter registros dos pagamentos e compartilhar os recibos com os representantes da comunidade.



Garantir que os termos sejam acessíveis em linguagem simples.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC


PSAS do BID Invest:

Sec: Povos Indígenas e Outros Grupos Vulneráveis, p.9, nº 22 (*aplicável por meio do CLPI*).

MI do BID Invest:

Sec: PII 8. Povos Indígenas, p.48-50 (*aplicável através do CLPI*).

PD da IFC:

PD7: parágrafos 12, 14, GN22, GN27, GN35, GN38, GN41, p. 216, 218-219, 221-223.

DASS do BM:

N/A.

EAS do BM:

NAS7, NAS10.



Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Sim

Requer acordos CLPI com termos econômicos e transparência.

FairWild

Sim

Acordos (*escritos ou equivalentes*), preços justos e documentação.

UEBT

Sim

Exige acordos CLPI com termos econômicos e transparência.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Parcial

Termos de pagamento e transparência cobertos; carece de acordos formais de partilha de benefícios.

Rainforest Alliance (RA)

Sim

Exige acordos CLPI com termos econômicos e transparência.

Origens Brasil®

Sim

Os acordos de partilha de benefícios com preços justos e transparência são documentados.

Certificação orgânica da UE

Não

Não há acordos de compartilhamento de benefícios, registros de pagamentos ou termos em linguagem simples.

Certificação orgânica USDA

Parcial

Existem registros, mas faltam acordos de partilha de benefícios e termos claros.

2 Termos comerciais
e compartilhamento
equitativo de benefícios

Volte





3

Governança empresarial e prestação de contas

Ferramentas



Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)



Adotar e divulgar uma política anticorrupção e antissuborno.



Fornecer um canal de denúncia acessível, anônimo e sem retaliação.



Designar funcionários responsáveis pelo monitoramento da integridade e conformidade ASG.



Divulgar os compromissos de governança e ética aos trabalhadores, fornecedores e comunidades.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC


PSAS do BID Invest:

Sec: Governança, p. 18, nº 58.

MI do BID Invest:

Sec: PIII 4.8. Governança Corporativa, p.146-147.

PD da IFC:

PD2: parágrafo 20; GN57, p. 67.

PD1: parágrafos 17, 34 GN68, GN108-GN109, p. 23-24, 37.

DASS do BM:

N/A.

EAS do BM:

NAS10, NAS10 Anexo 1.

Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Parcial

Anticorrupção coberta; falta canal de denúncias e designação de pessoal ASG.

FairWild

Parcial

Ética e comunicação exigidas; anticorrupção não atendida, denúncias não explícitas.

UEBT

Parcial

Apoia a transparência e atribui responsabilidade à ASG; carece de política anticorrupção e proteção aos denunciantes.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Parcial

Funções ASG atribuídas; carece de política anticorrupção e canal de denúncias.

Rainforest Alliance (RA)

Sim

Política anticorrupção, canal de denúncias, supervisão ASG e divulgação de ética exigidos.

Origens Brasil®

Parcial

Divulgação de anticorrupção e ética; falta proteção a denunciante.

Certificação orgânica da UE

Não

Sem disposições sobre anticorrupção, denúncias ou divulgação de ética.

Certificação orgânica USDA

Parcial

Existem regras sobre conflito de interesses; faltam disposições sobre denúncias e divulgação ética.

Volte



Como usar?



Posicione o cursor sobre o círculo e clique se ele atender ao requisito; você pode salvar o documento para não perder sua(s) seleção(ões) e continuar quando necessário.

Utilize recursos como “Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC” e “Certificações/Padrões que Demonstram Conformidade” como fontes de referência para a correta implementação de cada Princípio.



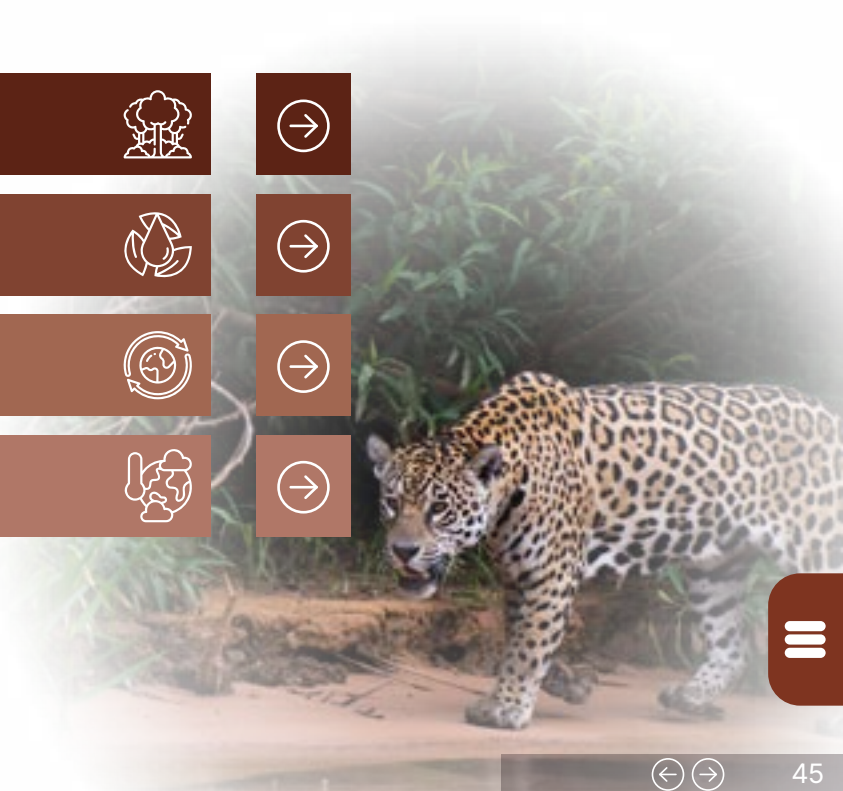
Princípio 5

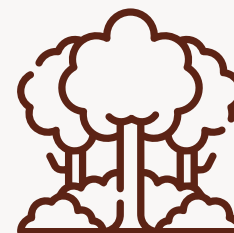
Proteger e restaurar a natureza, o clima e a biodiversidade

Este princípio reflete os requisitos do BID Invest para proteger a biodiversidade, gerenciar o uso responsável da água e dos recursos, reduzir a poluição e as emissões de gases de efeito estufa e construir resiliência aos riscos climáticos. Esses compromissos estão alinhados com os PD1, PD3, PD4 e PD6 da IFC, que estabelecem referências para a conservação da biodiversidade, eficiência de recursos, prevenção da poluição e adaptação climática. O Banco Mundial está alinhado com NAS3, NAS6, NAS1 e NAS4. A lista de verificação de *due diligence* descreve etapas práticas e certificações que as empresas podem usar para demonstrar conformidade.

Área de boas práticas

- | | | | |
|---|---|--|--|
| 1 | Florestas, ecossistemas de água doce e biodiversidade saudáveis | | |
| 2 | Gestão e uso sustentável da água | | |
| 3 | Gestão da poluição, dos recursos e das emissões | | |
| 4 | Resiliência e adaptação aos riscos climáticos | | |





1

Florestas, ecossistemas de água doce e biodiversidade saudáveis

 Ferramentas  

Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)

- 
 Identificar espacialmente e documentar os valores ambientais de referência e os habitats sensíveis/críticos; aplicar a hierarquia de mitigação (*evitar → minimizar → restaurar/reabilitar; compensações apenas como último recurso e somente onde permitido*).
- 
 Não desmatar habitats críticos e evitar a conversão de florestas primárias e habitats ribeirinhos; se ocorrerem impactos inevitáveis à vegetação nativa não crítica, preparar um plano de restauração/compensação breve e proporcional ao risco.
- 
 Usar espécies nativas em qualquer restauração/reflorestamento e implementar medidas para prevenir espécies invasoras.
- 
 Manter registros que demonstrem a conformidade com a legislação do país anfitrião e as Boas Práticas Internacionais da Indústria (GIIP).
- 
 Envolver as partes interessadas para identificar os valores da biodiversidade e confirmar a aceitabilidade dos impactos inevitáveis.
- 
 Monitorar os valores da biodiversidade ao longo do tempo usando indicadores para a condição do habitat, presença de espécies e pressões; use os resultados para informar a gestão adaptativa.
- 
 Manter a documentação dos resultados do monitoramento, das ações corretivas tomadas e do cumprimento dos compromissos de mitigação.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC

PSAS do BID Invest:

Sec: Biodiversidade, Serviços Ecossistêmicos e Áreas Protegidas, p.6, nº 14.

MI do BID Invest:

Sec: PII 9. Biodiversidade e Recursos Naturais, p.94-97.

Sec: PIII 3.3. Hierarquia de Mitigação de Riscos, p.115-116.

PD da IFC:

PD6: parágrafos 6-7, 9-10, 14-15; GN13, GN16, GN24-GN28, GN42, GN47, GN50, p.165, 167-168, 171-172, 175-176, 178.

DASS do BM:

Sec: 4.1 Meio Ambiente - Erosão do Solo, p.89.

EAS do BM:

NAS6, NAS1.



Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Sim

Valores ambientais avaliados; conversão restrita; restauração e conformidade legal exigidas.

FairWild

Sim

Hierarquia de mitigação, proteção do habitat e conformidade legal são exigidas.

UEBT

Sim

Protege a biodiversidade e os habitats; restauração e espécies nativas exigidas.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Sim

Proíbe o desmatamento; promove a restauração e o uso de espécies nativas.

Rainforest Alliance (RA)

Sim

Hierarquia de mitigação, proteção do habitat, uso de espécies nativas e conformidade legal cobertos.

Origens Brasil®

Parcial

Compromisso com o desmatamento zero; carece de hierarquia de mitigação e planejamento de restauração.

Certificação orgânica da UE

Parcial

Proteção ambiental coberta; carece de mitigação completa e planejamento de restauração.

Certificação orgânica USDA

Parcial

Promove a biodiversidade; carece de hierarquia de mitigação e planejamento de restauração.

1 Florestas, ecossistemas de água doce e biodiversidade saudáveis

Volte





2

Gestão e uso sustentável da água

Ferramentas



Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)

- ☐ Mapear fontes e usuários de água; documentar o uso, a eficiência e a descarga de água de acordo com a legislação nacional e o GIIP.
- ☐ Para projetos de baixo uso de água: registrar uma breve nota confirmando que não há impactos adversos significativos sobre outros usuários ou ecossistemas.
- ☐ Para uso ou risco de água mais elevado: preparar um plano simples de gestão da água (*monitorar o consumo, avaliar os riscos locais relacionados à água e incluir medidas básicas de eficiência/reutilização; garantir que as descargas atendam aos padrões aplicáveis*).
- ☐ Incluir parâmetros de monitoramento (*por exemplo, Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), Demanda Química de Oxigênio (DQO), nutrientes, sólidos suspensos totais, pH*) e frequência de amostragem proporcional ao risco.
- ☐ Aplicar procedimentos de controle e garantia de qualidade (QA/QC) para amostragem e análise; use laboratórios certificados ou métodos aprovados.
- ☐ Registrar o ano de referência e o contexto da bacia hidrográfica; considere os impactos cumulativos e a capacidade de assimilação das águas receptoras.
- ☐ Arquivar licenças de descarga e registros de monitoramento; excedências devem desencadear ações corretivas com prazos e verificação.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC

PSAS do BID Invest:

Sec: Biodiversidade, Serviços Ecossistêmicos e Áreas Protegidas, p.6, nº 14.

MI do BID Invest:

Sec: PII 12. Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição, p.101-104.

PD da IFC:

PD3: parágrafo 9; GN25-GN27, p. 95.

DASS do BM:

Sec: 1.4 Conservação da Água - Monitoramento e Gestão da Água, p.33.

Sec: 1.3 Águas residuais e qualidade da água ambiente - Aplicabilidade e abordagem, p.25.

EAS do BM:

NAS3.



Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Sim

É necessário realizar um mapeamento hídrico, uma avaliação de impacto e um planejamento proporcional ao risco.

FairWild

Parcial

Riscos ecológicos avaliados; planejamento específico para a água não é explicitamente exigido.

UEBT

Sim

Uso e descarga de água documentados; planos exigidos para atividades de maior risco.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Sim

Exige mapeamento hídrico, treinamento em eficiência/medidas e padrões de descargas.

Rainforest Alliance (RA)

Sim

Mapeamento hídrico, documentação, planejamento de gestão e conformidade legal exigidos.

Origens Brasil®

Parcial

Conformidade ambiental declarada; falta documentação e planejamento específicos para a água.

Certificação orgânica da UE

Parcial

Monitoramento da água coberto; falta mapeamento e planejamento de reutilização.

Certificação orgânica USDA

Parcial

Regula as substâncias de irrigação; carece de mapeamento e planejamento hídrico.

Volte





3 Gestão da poluição, dos recursos e das emissões

Ferramentas  

Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)

-  Listar os principais insumos de recursos e fontes de poluição (*energia, água, matérias-primas, resíduos/emissões atmosféricas*); documentar a conformidade com os limites nacionais e o GIIP.
-  Implementar medidas econômicas necessárias de eficiência de recursos ou prevenção da poluição.
-  Quando forem esperadas emissões ou descargas significativas, quantificar os fluxos de materiais e as emissões proporcionalmente; manter registros (*por exemplo, estimativa de GEE de Escopo 1-2, quando os registros de materiais ou descargas ambientais estiverem alinhados com as normas aplicáveis*).
-  Medidas de eficiência de recursos e controles de resíduos perigosos são implementados.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC

PSAS do BID Invest:

Sec: Prevenção da Poluição e Eficiência de Recursos, p.5, #9.

MI do BID Invest:

Sec: PII 12. Eficiência de recursos e prevenção da poluição, p.101-104.

PD da IFC:

PD3: parágrafos 4-8; GN3-GN4, GN8-GN12, GN14-GN20, GN29-GN30, p.89-96.

DASS do BM:

Sec: 1.1 Emissões atmosféricas e qualidade do ar ambiente - Monitoramento, p.10.

Sec: 1.2 Conservação de energia - Eficiência energética, p.18.

Sec: 1.1 Emissões atmosféricas e qualidade do ar ambiente - Gases de efeito estufa (*GEE*), p.9.

EAS do BM:

NAS3.



Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Sim

Fontes de poluição identificadas; medidas de eficiência e monitoramento de emissões necessários.

FairWild

Parcial

Riscos de poluição considerados; quantificação das emissões não exigida.

UEBT

Sim

Documenta entradas e emissões; exige medidas de eficiência e monitoramento.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Sim

Lista insumos, promove eficiência e rastreamento de emissões e descargas.

Rainforest Alliance (RA)

Sim

Acompanha os insumos, implementa medidas de eficiência e documenta as emissões/descargas.

Origens Brasil®

Parcial

Existe compromisso ambiental; faltam medidas de rastreamento da poluição e de eficiência.

Certificação orgânica da UE

Parcial

Uso de recursos coberto; falta quantificação de emissões e alinhamento com o GIIP.

Certificação orgânica USDA

Parcial

Regula os insumos; carece de rastreamento de emissões e alinhamento com o GIIP.

3 Gestão da poluição, dos recursos e das emissões

Volte





4

Resiliência e adaptação aos riscos climáticos

Ferramentas



Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)



Realizar uma análise documental dos riscos climáticos para identificar perigos relevantes (*por exemplo, inundações, calor, incêndios, secas*) para o local e a cadeia de abastecimento; integrar ações de resiliência viáveis nas operações.



Para projetos em áreas sensíveis ao clima ou com maior exposição: incorporar premissas básicas informadas sobre o clima no planejamento/projeto e incluir medidas de proteção climática para elementos estruturais onde os riscos são significativos; sinalizar se a área merece uma avaliação de impacto cumulativo.



Manter uma breve documentação mostrando as ações tomadas e como o monitoramento verifica a eficácia, aciona atualizações e retroalimenta a gestão.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC


PSAS do BID Invest

Sec: Adaptação às Mudanças Climáticas, Mitigação e Desenvolvimento de Baixo Carbono, p.6, #10-13.

MI do BID Invest:

Sec: PII 11. Mudanças Climáticas, p.99-100.

PD da IFC:

PD1: parágrafo 8; GN20, GN32-GN35, GN37-GN38, p.7, 9, 14-15.

DASS do BM:

N/A.

EAS do BM:

NAS1, NAS4.

Certificações



4

Resiliência e adaptação
aos riscos climáticos

Volte



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Sim

É necessário realizar uma avaliação de riscos, um planejamento de resiliência e uma gestão adaptativa.

FairWild

Parcial

Avaliações de risco necessárias; planejamento específico para o clima não obrigatório.

UEBT

Sim

Riscos climáticos identificados; ações de resiliência e planejamento adaptativo exigidos.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Sim

Requer análise de riscos climáticos, ações de adaptação e documentação.

Rainforest Alliance (RA)

Parcial

Promove a resiliência climaticamente inteligente e o gerenciamento de atualizações de planos; carece de análise formal de riscos.

Origens Brasil®

Parcial

Existem diagnósticos ambientais; carece de planejamento específico para o clima e ações de resiliência.

Certificação orgânica da UE

Parcial

Medidas climáticas reativas; faltam análises de risco e projetos informados sobre o clima.

Certificação orgânica USDA

Parcial

A seleção de culturas específicas para cada local apoia a resiliência; falta planejamento climático.



Como usar?



Posicione o cursor sobre o círculo e clique se ele atender ao requisito; você pode salvar o documento para não perder sua(s) seleção(ões) e continuar quando necessário.

Utilize recursos como “Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC” e “Certificações/Padrões que Demonstram Conformidade” como fontes de referência para a correta implementação de cada Princípio.



Princípio 6

Demonstrar impacto e prestar contas

Este princípio está alinhado com os requisitos do BID Invest para que as empresas acompanhem, avaliem e comuniquem de forma transparente seu desempenho ambiental e social. Ele enfatiza sistemas de monitoramento, gestão adaptativa e práticas de divulgação que sejam proporcionais ao risco do projeto e respondam às necessidades dos detentores de direitos e das partes interessadas. Esses compromissos estão estreitamente alinhados com a IFC PD1, que estabelece padrões para monitoramento, gestão adaptativa e relatórios transparentes, e com a IFC PD7, quando Povos Indígenas são afetados. O Banco Mundial está alinhado com a NAS1 e a NAS10 sobre monitoramento e divulgação, e com a NAS7 para Povos Indígenas. A lista de verificação de *due diligence* descreve etapas práticas e certificações que as empresas podem usar para demonstrar conformidade.

Área de boas práticas

1

Monitoramento e acompanhamento do desempenho



2

Gestão adaptativa e aprendizagem



3

Divulgação do desempenho





1

Monitoramento e acompanhamento do desempenho

 Ferramentas  

Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)



Incluir um plano de monitoramento conciso no SGAS (*proporcional ao risco*) com linha de base, indicadores, funções, frequência e registros de ações de acompanhamento.



Para impactos de risco mais elevados, envolver especialistas qualificados para projetar/verificar o monitoramento.



Manter as evidências de monitoramento em arquivo (*registros, painéis, relatórios*) e use-as para informar as decisões.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC



PSAS do BID Invest:

Sec: Supervisão de Projetos de Investimento - Investimentos Diretos, p.17, nº 51, 54-55.

O BID Invest utiliza ferramentas como DELTA, ASRs e XSRs que devem ser alimentadas pelo SGAS.

MI do BID Invest:

Sec: PIII 3.10. Monitoramento, Relatórios e Gestão Adaptativa, p.130-133.

PD da IFC:

PD1: parágrafos 23-24; GN83-GN89, p. 29-31.

DASS do BM:

Sec: 1.1 Emissões atmosféricas e qualidade do ar ambiente - Monitoramento, p.10.

Sec: 1.3 Águas Residuais e Qualidade da Água Ambiente - Monitorização, p.30.

Sec: 2.0 Saúde e segurança ocupacional - Monitoramento e vigilância, p.75-76.

EAS do BM:

NAS1.

Certificações



Monitoramento e acompanhamento do desempenho

Volte



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Sim

Planos de monitoramento, contribuições de especialistas e documentação são necessários.

FairWild

Sim

São necessários um plano de monitoramento, contribuições de especialistas e documentação.

UEBT

Sim

São necessários planos de monitoramento e contribuições de especialistas; os resultados informam as decisões.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Sim

O IMS inclui monitoramento, contribuições de especialistas e documentação.

Rainforest Alliance (RA)

Sim

É necessário um plano de monitoramento, envolvimento de especialistas e documentação dos resultados.

Origens Brasil®

Sim

Plano de monitoramento, contribuição de especialistas e decisões baseadas em dados estão bem estabelecidos.

Certificação orgânica da UE

Parcial

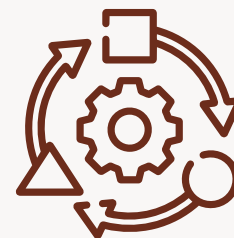
Monitoramento necessário para a aquicultura; falta SGAS e painéis de controle.

Certificação orgânica USDA

Parcial

Monitoramento necessário; falta verificação por especialistas e painéis de desempenho.





2

Gestão adaptativa e aprendizagem

Ferramentas  *Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)*

Analisar regularmente os resultados do monitoramento e atualizar o ESAP/medidas de gestão sempre que os limites forem excedidos ou os problemas se repetirem.



Capturar as lições aprendidas para melhoria contínua.



Documentar as alterações (*quem/o quê/quando*) e acompanhar a conclusão.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC **PSAS do BID Invest:**

Sec: Impacto no Desenvolvimento e Avaliação, p.17, #54-55.

MI do BID Invest:

Sec: PIII 3.10. Monitoramento, Relatórios e Gestão Adaptativa, p.130-133.

PD da IFC:

PD1: parágrafos 23-24; GN70, GN86-GN88, p. 24, 30-31.

DASS do BM:

N/A.

EAS do BM:

NAS1, NAS1 Anexo 2.

Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Sim

Os resultados do monitoramento informam as atualizações; as alterações são documentadas e as lições aprendidas são registradas.

FairWild

Sim

Os resultados do monitoramento informam as atualizações; aprendizagem e documentação necessárias.

UEBT

Sim

Resultados do monitoramento revisados; alterações documentadas e lições aprendidas registradas.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Sim

Requer revisão, documentação e melhoria contínua.

Rainforest Alliance (RA)

Sim

O monitoramento aciona atualizações; as mudanças são documentadas; a melhoria contínua é incorporada.

Origens Brasil®

Sim

Os resultados do monitoramento informam as atualizações e a melhoria contínua é documentada.

Certificação orgânica da UE

Parcial

Atualizações anuais necessárias; falta acompanhamento das mudanças e lições aprendidas.

Certificação orgânica USDA

Parcial

Atualizações anuais necessárias; falta de lições aprendidas e ligação com o ESAP.

2 Gestão adaptativa e aprendizagem

Volte





3 Divulgação do desempenho

Ferramentas  

Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)

-  Manter um plano de comunicação externa resumido descrevendo o que será compartilhado com as comunidades afetadas (*resultados, riscos, mudanças significativas*), como e quando.
-  Fornecer atualizações periódicas em linguagem/formato culturalmente adequado; proteger dados confidenciais e pessoais.
-  Manter um registro simples do que foi divulgado e do feedback recebido.
-  Respeitar o conhecimento indígena e a propriedade intelectual ao divulgar informações.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC

PSAS do BID Invest:

Sec: Envolvimento das partes interessadas, p. 7, nº 18.

MI do BID Invest:

Sec: PII 4.3. Acesso à informação, p. 67.

Sec: PIII 3.10. Monitoramento, Relatórios e Gestão Adaptativa, p.130-133.

PD da IFC:

PD1: parágrafos 29-30; GN88, GN90, GN93, GN99-GN101, GN104-GN105, GN111-GN112, p.30-32, 34-38.

PD7: GN49-GN51, p.226-227.

DASS do BM:

Sec: 1.5 Gestão de Materiais Perigosos - Envolvimento e Conscientização da Comunidade, p.44 (*para riscos e perigos*).

Sec: 3.7 Preparação e resposta a emergências - Notificação da comunidade, p.86.

EAS do BM:

NAS10, NAS7, NAS1.



Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Sim

Resumos públicos, atualizações culturalmente adequadas e proteção do conhecimento indígena necessários.

FairWild

Parcial

Comunicação necessária; registros de divulgação e proteção de dados não especificados.

UEBT

Sim

Apoia divulgações e proteção da propriedade intelectual.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Parcial

Atualizações internas acessíveis; falta comunicação externa e registros de divulgação.

Rainforest Alliance (RA)

Parcial

Acesso linguístico e CLPI cobertos; faltam plano de comunicação e registro de divulgação.

Origens Brasil®

Sim

Os resultados e atualizações são compartilhados em formatos culturalmente adequados, com acompanhamento do feedback.

Certificação orgânica da UE

Não

Sem comunicação externa, registros de feedback ou proteções de IP.

Certificação orgânica USDA

Parcial

Acesso público e regras de confidencialidade; sem registros de divulgação e proteções de IP.

3 Divulgação do desempenho

Volte



Como usar?



Posicione o cursor sobre o círculo e clique se ele atender ao requisito; você pode salvar o documento para não perder sua(s) seleção(ões) e continuar quando necessário.

Utilize recursos como “Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC” e “Certificações/Padrões que Demonstram Conformidade” como fontes de referência para a correta implementação de cada Princípio.



Princípio 7

Fortalecer capacidades e redes

Este princípio reflete o compromisso do BID Invest em fortalecer a capacidade local e promover redes colaborativas que melhorem os resultados ambientais e sociais. Espera-se que as empresas ofereçam treinamento e suporte técnico inclusivos e baseados em riscos, ao mesmo tempo em que se envolvam com associações, organizações indígenas e outros detentores de direitos e partes interessadas para gerar impacto coletivo. Essas expectativas estão alinhadas com a PD1 da IFC, que enfatiza o desenvolvimento de capacidades, o envolvimento inclusivo e as parcerias com várias partes interessadas. O Banco Mundial está alinhado com a NAS1 e a NAS10, e com a NAS7 quando Povos Indígenas são afetados. A lista de verificação de *due diligence* descreve etapas práticas e certificações que as empresas podem usar para demonstrar conformidade.

Área de boas práticas

1

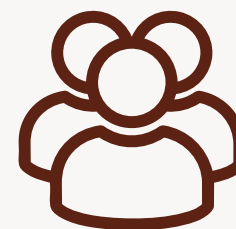
Capacidade local e comunitária



2

Redes e parcerias multissetoriais





1

Capacidade local e comunitária

Ferramentas  

Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)



Fornecer treinamento, orientação ou suporte técnico proporcional aos riscos ambientais e sociais identificados.



Vincular o desenvolvimento de capacidade diretamente à implementação do SGAS ou à gestão de riscos.



Garantir que o treinamento seja inclusivo, culturalmente adequado e documentado (*participação, conteúdo, resultados*).

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC



PSAS do BID Invest:

N/A.

MI do BID Invest:

Sec: PII 2.2. Povos Indígenas, p.46-49.

Sec: PII 6.10. Emprego, desmobilização e redução de pessoal, p. 84-85.

PD da IFC:

PD1: parágrafos 17-19, GN61-GN71, GN75-GN80, GN83-GN86, p.22-27, 29-30 (*capacitação dos trabalhadores*).

DASS do BM:

Sec: 1.5 Gestão de Materiais Perigosos - Ações de Gestão, p.42-43.

Sec: 2.2 Comunicação e treinamento - Treinamento em SSO, p.63.

Sec: 3.7 Preparação e resposta a emergências - Treinamento e atualização, p.87-88.

Sec: 2.2 Comunicação e treinamento - Comunicar códigos de perigo, p.63.

Sec: 1.5 Gestão de materiais perigosos - Medidas preventivas, p.43-44.

Sec: 3.7 Preparação e resposta a emergências, p.86.

EAS do BM:

NAS1 (*para trabalhadores, riscos e medidas de mitigação*), NAS7.

Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Sim

Formação e apoio necessários; inclusivo e ligado à gestão de riscos.

FairWild

Sim

Treinamento e capacitação vinculados ao planejamento de riscos e gestão.

UEBT

Sim

A formação é baseada no risco, inclusiva, documentada e ligada ao SGAS.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Sim

A formação baseada no risco é inclusiva, documentada e está ligada ao sistema.

Rainforest Alliance (RA)

Sim

Treinamento inclusivo e baseado em riscos, vinculado ao SGAS e documentado.

Origens Brasil®

Sim

É fornecida formação e apoio inclusivos, ligados ao SGAS e à gestão de riscos.

Certificação orgânica da UE

Não

Não há disposições relativas a treinamento, orientação ou capacitação.

Certificação orgânica USDA

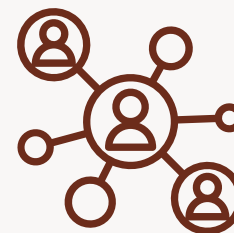
Parcial

Formação para certificadores; falta apoio comunitário e ligação ao SGAS.

1 Capacidade local e comunitária

Volte





2

Redes e parcerias multissetoriais

Ferramentas



Due diligence mínima e necessidades empresariais (Política/Manual do BID Invest)



Identificar redes, associações ou parcerias relevantes (*locais, nacionais, regionais*).



A integração dos compromissos de engajamento no PEPI ou SGAS é necessária para a rastreabilidade.



Garantir que a participação da empresa com as partes interessadas seja documentada e contribua para o diálogo, a defesa de causas ou o impacto coletivo.

Referências do BID Invest / DASS do BM / PD da IFC


PSAS do BID Invest:

N/A.

Sec: PII 4.2. Planejamento do engajamento das partes interessadas, p.64-66.

DASS do BM:

N/A.

MI do BID Invest:

Sec: PII 4.1. Identificação e análise das partes interessadas, p. 60-62.

PD da IFC:

PD1: parágrafo 26; GN69-GN70, GN88, GN95-GN98, p.23-24, 30-36.

EAS do BM:

NAS10, NAS1, NAS7.

Certificações



Certificações/padrões que demonstram conformidade

FSC (Gestão Florestal)

Sim

É necessário o envolvimento das partes interessadas e a integração no planejamento e monitoramento.

FairWild

Parcial

Parcerias incentivadas e integradas no sistema de gerenciamento, defesa externa e documentação não obrigatórios.

UEBT

Sim

Rastreabilidade suportada; identificação das partes interessadas.

FairTrade (Padrão para Organizações de Pequenos Produtores)

Parcial

Incentiva a colaboração; carece de documentação e integração PEPI/SGAS.

Rainforest Alliance (RA)

Parcial

Incentiva a colaboração entre as partes interessadas; carece de documentação e integração PEPI/SGAS.

Origens Brasil®

Sim

A governança e a estrutura da plataforma garantem o envolvimento documentado e rastreável das partes interessadas.

Certificação orgânica da UE

Não

Sem identificação da rede, documentação ou integração PEPI/SGAS.

Certificação orgânica USDA

Não

Sem identificação de rede, documentação ou integração PEPI/SGAS.

Volte



Ferramentas e recursos prontos para uso

Esta seção apresenta uma seleção de ferramentas para apoiar iniciativas de sociobioeconomia na aplicação dos princípios e boas práticas do guia. Embora existam muitos recursos, este guia prioriza aqueles que são práticos, alinhados internacionalmente e oferecem modelos ou orientações passo a passo. As ferramentas devem ser aplicadas de forma proporcional — de acordo com o estágio de desenvolvimento da empresa e a escala ou gravidade dos riscos e oportunidades — para que os usuários possam escolher o que melhor se adapta ao seu contexto.

As ferramentas destacadas abaixo:

- Estão **alinhadas com os padrões globais**.
- São **práticas e acessíveis**, com listas de verificação, modelos ou manuais prontos para uso.
- São **relevantes em todos os contextos**, desde empresas emergentes até empresas de maior porte.
- São **multiuso**, com algumas ferramentas aparecendo em mais de um pilar, dada sua ampla aplicabilidade.

Esta não é uma lista exaustiva, mas uma base prática que combina credibilidade com usabilidade para ajudar as iniciativas a fortalecer as salvaguardas, demonstrar responsabilidade e promover uma sociobioeconomia regenerativa.

Princípio 1 | Ferramentas e recursos prontos para uso

Avaliar os riscos e integrar salvaguardas ambientais e sociais sólidas

Área de boas práticas

1

Avaliação ambiental e social e plano de ação



2

Salvaguardas de gênero e direitos humanos



3

Mecanismos de reclamação e reparação para comunidades e trabalhadores



1

Avaliação ambiental e social e plano de ação



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A IFC - Manual de implementação do sistema de gestão ambiental e social (SGAS)	- Listas de verificação de triagem. - Modelos de registros jurídicos. - Tabelas de risco/impacto. - Planilhas de planejamento da hierarquia de mitigação. - Modelo de registro de reclamações.	- Iniciativas para a criação de um SGAS em conformidade com a IFC PD1. - Projetos ou fornecedores de risco moderado ampliando a conformidade.
		Por que é útil - Kit inicial completo para responsáveis pela conformidade. - Facilmente adaptável aos procedimentos da empresa.
Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B American Carbon Registry (ACR) - Modelo de Avaliação de Impacto Ambiental e Social (AIAS)	Formulário AIAS estruturado com seções sobre impactos ambientais, riscos sociais e ações de mitigação.	PMEs ou projetos em fase inicial que precisam de um esboço pronto da AIAS.
		Por que é útil - Estrutura pronta para uso que reúne riscos e mitigação em um único documento. - Alinha a triagem com as práticas internacionais.
Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
C UEBT - Manual do Plano de Ação para a Biodiversidade	- Formulários passo a passo para avaliação de riscos/oportunidades de biodiversidade. - Modelos para mapeamento de espécies e ecossistemas. - Orientação para ações corretivas.	Empresas que adquirem matérias-primas baseadas na biodiversidade (<i>por exemplo, produtos não madeireiros florestais da Amazônia, produtos botânicos</i>).
		Por que é útil - Vai além da AIAS genérica, integrando salvaguardas e restauração da biodiversidade. - Altamente relevante para cadeias de suprimentos amazônicas.



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
D Rainforest Alliance - Anexo S03 - Ferramenta de avaliação de riscos (excel)	Módulos do Excel que abrangem: - Avaliação básica de riscos ambientais e sociais: lacunas legais, critérios de exclusão, hierarquia de mitigação (<i>Anexo S03-4a</i>). - Avaliação de riscos relacionados às mudanças climáticas: para identificar riscos e ações de adaptação/mitigação (<i>Anexo S03-4b</i>). - Avaliação de riscos de gênero: incluindo considerações sobre violência de gênero e grupos vulneráveis (<i>Anexo S03-4c</i>). - Avaliação aprofundada de riscos: para identificar, documentar e planejar ações corretivas para riscos sociais, trabalhistas ou comunitários (<i>Anexo S03-4d</i>).	- Fazendas, grupos e empresas (<i>certificados ou não</i>). - Na fase de concepção do projeto ou implementação inicial. Por que é útil - Listas de verificação estruturadas e auditáveis e tabelas de acompanhamento de ações. - Garante a identificação precoce de riscos, documentação e integração de salvaguardas de gênero e direitos humanos.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
E BID Invest - Nota de boas práticas - Gestão de segurança e risco contextual	- Abordagens de engajamento para ambientes inseguros (<i>remotos, intermediários, sensíveis ao gênero</i>). - Orientação para integrar riscos em AAS/SGAS. - Procedimentos para monitorar as forças de segurança e o envolvimento da comunidade.	- Projetos que operam em áreas frágeis/afetadas por conflitos ou ambientes de alto risco. Por que é útil - Roteiro sensível a conflitos alinhado com a PD4 da IFC e as salvaguardas do BID. - Ferramentas práticas para antecipar, mitigar e documentar riscos, protegendo ao mesmo tempo a confiança.

2

Salvaguardas de gênero e direitos humanos



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A BID Invest - Ferramenta de avaliação de risco de gênero (GRAT) 	• Questionário e orientações para identificar impactos diferenciados de gênero. • Abrange força de trabalho, consulta, segurança comunitária, reassentamento, violência de gênero.	• Projetos que avaliam riscos/oportunidades relacionados ao gênero na força de trabalho e nas comunidades.
		Por que é útil • Mapeia os riscos de gênero de forma sistemática. • Fornece sugestões para ações de mitigação e equidade.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B BID Invest - Guia prático para investigar violência e assédio baseados em gênero (GBVH) 	• Protocolos passo a passo para o tratamento de reclamações. • Orientação para investigadores. • Modelos de documentação de casos.	• Empresas que estabelecem canais de reclamação sensíveis à GBVH.
		Por que é útil • Alinhado com a Política e o Manual do BID Invest. • Garante que os canais de reclamação atendam às expectativas dos credores.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
C IFC/EBRD/CDC - Abordando a violência de gênero e sexual no agronegócio 	• Modelos de triagem de risco. • Cenários de violência de gênero e violência sexual específicos do setor. • Listas de verificação de mitigação. • Exemplos de integração para planos de projeto.	• Investidores, gestores e equipes de conformidade do agronegócio.
		Por que é útil • Medidas testadas em campo. • Diretamente transferíveis para códigos de conduta e políticas de RH.



3

Mecanismos de reclamação e reparação para comunidades e trabalhadores



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A Banco Mundial - Lista de verificação GRM [EN, SP]	• Lista de verificação concisa do tipo sim/não sobre acessibilidade, anonimato, pontualidade e manutenção de registros. • Orientação para configuração.	• Empresas e ONGs que precisam de uma lista de verificação GRM rápida.
		Por que é útil • Validação rápida da conformidade. • Útil tanto para credores quanto para empresas.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B Rainforest Alliance - Orientação e: mecanismo de reclamação	• Instruções para estabelecer/operar GRM. • Indicadores de conformidade.	• Fazendas e cadeias de suprimento.
		Por que é útil • Pronto para certificação. • Incorpora práticas de GRM no nível da fazenda e da cadeia de abastecimento.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
C Conselheiro de Conformidade Ombudsman (CAO) - Kit de ferramentas do mecanismo de reclamação	• Guias passo a passo em linguagem simples. • Modelos de formulários. • Opções de design econômicas.	• PMEs, empresas comunitárias, equipes de projeto.
		Por que é útil • Referência amplamente respeitada em matéria de ombudsman. • Equilíbrio entre rigor e acessibilidade para atores menores.



Princípio 2 | Ferramentas e recursos prontos para uso

Respeitar os Povos Indígenas, Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais e locais

Área de boas práticas

1

Engajamento da comunidade



2

Posse da terra e acesso a recursos



3

Patrimônio cultural e conhecimentos tradicionais



1

Engajamento da comunidade



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A BID Invest - Nota de boas práticas sobre mapeamento e envolvimento das partes interessadas 	- Princípios de engajamento significativo (<i>transparência, inclusão, equidade, antirretaliação</i>). - Etapas para identificação e mapeamento das partes interessadas e foco em grupos vulneráveis. - Métodos proporcionais: divulgação → consulta → CPI → CLPI. - Orientação sobre a integração de feedback, monitoramento e atualização dos PEPIs. - Anexo com um modelo de PEPI divulgável (<i>estrutura, ações, reclamações e indicadores</i>).	Para empresas/equipes de projeto que estão preparando ou implementando Planos de Envolvimento das Partes Interessadas (<i>PEPI</i>).
		Por que é útil Roteiro alinhado ao BID Invest para mapeamento e engajamento, garantindo consulta proporcional e proteção de grupos vulneráveis.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B IFC - Engajamento das partes interessadas: um manual de boas práticas 	- Manual passo a passo para o envolvimento das partes interessadas. - Cinco etapas para consulta iterativa (<i>p. 34</i>). - Concepção e acompanhamento de reclamações (<i>p. 69</i>). - Abordagens de monitoramento conjunto. - Apêndice 2: estratégias de envolvimento por nível de risco. - Apêndice 3: exemplos de conteúdo do PEPI (<i>p. 164</i>). - Apêndice 4: modelo de registro das partes interessadas (<i>p. 169</i>).	Qualquer empresa que esteja criando/aperfeiçoando um PEPI ao longo de todo o ciclo do projeto.
		Por que é útil - Diretamente alinhado com as expectativas da IFC. - Modelos prontos para colar no PEPI/SGAS. - Produce registros auditáveis e rastreáveis.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
C Banco Mundial - Modelos de planos de envolvimento das partes interessadas (projetos de alto risco EN, FR, SP e projetos de risco moderado EN, FR, SP)	Modelos editáveis para: - PEPI de alto risco substancial: objetivos, mapeamento, métodos, funções, orçamento, cronograma e relatórios. - PEPI de risco moderado: PEPI simplificado para projetos mais leves.	Equipes de projeto que precisam de esboços prontos do PEPI no início do projeto/<i>due diligence</i>.
		Por que é útil - PEPI em conformidade com início rápido. - Garante um envolvimento proporcional e auditável em todos os contextos.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
D Accountability Framework Initiative - Orientação operacional sobre Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI)	- Distingue entre consulta e CLPI. - Elementos-chave do CLPI (p. 7). - Práticas internas necessárias: políticas, treinamento, envolvimento do governo. - Anexo: desafios (<i>por exemplo, desequilíbrios de poder, ou coerção</i>) com respostas da empresa.	- Empresas que adquirem/operam onde Povos Indígenas podem ser afetados. Por que é útil - Traduz o CLPI baseado em direitos em ações corporativas. - Roteiro prático para cumprir as obrigações.
Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
E FAO - Manual sobre Consentimento Livre, Prévio e Informado: Um direito dos Povos Indígenas e uma boa prática para as comunidades locais	- Planejamento/implementação passo a passo do CLPI. - Anexo 6: lista de verificação do CLPI pronta para uso.	- Empresas que se envolvem com Povos Indígenas onde o CLPI é necessário. Por que é útil - Manual prático e pronto para uso em campo. - Utilizável diretamente pelas equipes do projeto.
Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
F FSC - Diretrizes para a implementação do direito ao Consentimento Livre, Prévio e Informado	- Processo CLPI em 7 etapas (<i>Parte 2, p. 29</i>). - Abrange: identificação dos detentores de direitos, concepção, facilitação, negociação, documentação e acompanhamento.	- Gerentes de projetos florestais/PFNM próximos a Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. Por que é útil - Orientação orientada para o campo, com nível de certificação.

2

Posse da terra e acesso a recursos



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A Accountability Framework Initiative (AFi) - Orientação operacional sobre o respeito aos direitos dos Povos Indígenas e das comunidades locais	- Define Povos Indígenas versus comunidades locais. - Responsabilidades claras da empresa: respeitar direitos, garantir o CLPI, proibir realocações involuntárias, salvaguardar o Conhecimento Tradicional (TK) e estabelecer sistemas de reclamação/monitoramento.	Empresas que atuam em áreas de Povos Indígenas, Afrodescendentes, Comunidades Tradicionais e comunidades locais.
		Por que é útil - Roteiro claro que vincula a UNDRIP/OIT 169 às medidas da empresa. - Integra salvaguardas de terras/recursos/cultura.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B Namati - Guia para Facilitadores da proteção de terras comunitárias	- Métodos de mapeamento participativo. - Roteiros de <i>workshops</i>. - Modelos e exemplos de estatutos.	Equipes de campo ajudando as comunidades a documentar reivindicações de terras.
		Por que é útil - Guia amplamente utilizado e orientado para a comunidade. - Cria planos de ação práticos para a segurança da posse da terra.



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
C LandMark - Plataforma global de terras indígenas e comunitárias	Mapa interativo de terras indígenas e comunitárias tituladas, reconhecidas e reivindicadas.	Triagem inicial de projetos para identificar sobreposições com reivindicações reconhecidas.
		Por que é útil - Maneira rápida e confiável de identificar sobreposições de posse. - Cria uma lista inicial de detentores de direitos.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
D RAISG - Visualizador de mapas da Amazônia	Camadas interativas: territórios, desmatamento, infraestrutura e ameaças ambientais.	Projetos na Amazônia que necessitam de dados sobre territórios indígenas e análise de pressões.
		Por que é útil Lente regional para triagem de riscos socioambientais e de posse de terras.

3 Patrimônio cultural e conhecimentos Tradicionais

Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A Natural Justice - Kit de ferramentas de protocolos comunitários sobre Acesso e Repartição de Benefícios (ARB)	• Kit de ferramentas para criar protocolos comunitários bioculturais. • Noções básicas sobre ARB, consentimento e etapas de negociação. • Modelos/ferramentas para partilha de benefícios liderada pela comunidade.	• Comunidades, ONGs, equipes de projeto que negociam TK/ARB.
		Por que é útil • Kit de ferramentas baseado em direitos. • Estruturas de compensação, consentimento e governança de longo prazo.



Princípio 3 | Ferramentas e recursos prontos para uso

Estabelecer condições de trabalho justas, seguras e legais *(trabalhadores diretos)*

Área de boas práticas

1

Condições de trabalho claras, segurança e salários justos



2

Prevenção do trabalho infantil e forçado e segurança dos jovens



1

Condições de trabalho claras, segurança e salários justos

Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A IFC - Manual de implementação do sistema de gestão ambiental e social (SGAS)	• Lista de verificação para identificação de riscos no trabalho (p. 21-22). • Procedimentos de preparação e resposta a emergências (p. 44-47).	• Todas as empresas que precisem de noções básicas de SSO e preparação para emergências dentro do SGAS.
		Por que é útil • Abrange os dois elementos essenciais (<i>identificação de riscos e resposta a emergências</i>). • Totalmente alinhado com as expectativas da PD da IFC e dos credores.



2

Prevenção do trabalho infantil e forçado e segurança dos jovens



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A OIT - Eliminando o trabalho infantil na agricultura: Manual de treinamento (Livros 1, 2, 3)	- Livro 1: Guia do instrutor com métodos de facilitação. - Livro 2: Atividades do curso com exercícios para agricultores sobre trabalho perigoso versus trabalho leve aceitável. - Livro 3: Recursos com referências jurídicas, critérios de risco e exemplos de casos.	Projetos agrícolas/PFNM com mão de obra familiar, jovens ou sistemas comunitários.
		Por que é útil - Adaptado a contextos rurais/agrícolas. - Em conformidade com as Convenções 138 e 182 da OIT. - Apoia a identificação e remediação de riscos.
Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B Rainforest Alliance - Kit de ferramentas sobre trabalho infantil (caderno de exercícios e formulários)	5 módulos, 3 anexos, livro de exercícios para: - Avaliações e mitigação de riscos. - Planejamento de remediação. - Envolvimento seguro para crianças. - Monitoramento e acompanhamento. - E formulários prontos para uso em campo para relatórios de incidentes.	Fazendas, cooperativas e cadeias de suprimento que precisam de ferramentas prontas para a <i>due diligence</i> em relação ao trabalho infantil.
		Por que é útil - Certificação simplificada para contextos agrícolas. - Utilizável além da certificação.
Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
C OIT - Trabalho forçado: Lista de verificação e orientações para avaliar a conformidade	- Lista de verificação por tipo de violação (<i>por exemplo, trabalho prisional, coerção, tráfico</i>). - Orientação sobre políticas, evidências e métodos de avaliação.	Empresas, responsáveis pela conformidade, auditores e compradores que avaliam os riscos de trabalho forçado.
		Por que é útil - Combina normas jurídicas com ferramentas prontas para uso no terreno. - Alinhado com as Convenções 29 e 105 da OIT.



Princípio 4 | Ferramentas e recursos prontos para uso

Construir cadeias de valor éticas, rastreáveis e transparentes

Área de boas práticas

1

Rastreabilidade e transparência na cadeia de fornecimento



2

Termos comerciais e compartilhamento equitativo de benefícios



3

Governança empresarial e prestação de contas



1

Rastreabilidade e transparência na cadeia de fornecimento



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A FairWild - Modelo de plano de gestão anotado	- Modelo que abrange: rastreabilidade, avaliação de recursos, volumes de colheita permitidos, mitigação de riscos, proteção dos trabalhadores, partilha de benefícios e documentação. - As anotações explicam os requisitos de cada seção.	Empresas e coletores que gerenciam a coleta silvestre (<i>plantas, fungos, resinas</i>).
		Por que é útil - Garante a coleta silvestre rastreável e documentada. - Apoia a conformidade com as normas de transparência e sustentabilidade.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B Pacto Global da ONU/BSR - Um guia prático para a rastreabilidade	Manual de 7 etapas para projetar e fortalecer a rastreabilidade da cadeia de suprimentos.	Qualquer empresa que esteja iniciando a rastreabilidade do zero.
		Por que é útil Guia inicial claro e intersectorial para construir rapidamente um sistema básico.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
C MapBiomias - Amazon (mapas anuais) e MapBiomias Alerta (alertas de desmatamento validados)	- MapBiomias Amazon: 39 anos de mapas de cobertura/uso do solo com resolução de 30 m. - MapBiomias Alerta: alertas semanais validados, além de imagens de alta resolução antes/depois; vinculado a dados territoriais; relatórios de alerta apenas para o Brasil.	Equipes da cadeia de suprimentos que analisam a exposição ao desmatamento perto de fornecedores (<i>Amazônia</i>).
		Por que é útil - Fornece evidências geoespaciais para anexar aos arquivos dos fornecedores. - Fortalece a rastreabilidade/triagem de riscos. - Observação: o Alerta mostra toda a perda de vegetação (<i>legalidade não avaliada</i>).



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
 Land & Carbon Lab - Global Nature Watch	- Ferramentas treinadas com IA com bases de dados confiáveis sobre mudanças na cobertura do solo, conversão de ecossistema e fluxo de carbono. - Pode traduzir questões simples em análises geoespaciais estruturadas.	Conversão na triagem de empresas e riscos de carbono em múltiplas geografias.
		Por que é útil - Apoia a <i>due diligence</i> da cadeia de suprimentos para abastecimento livre de conversão. - Ajuda a alinhar com metas de não conversão e com o reporte climático e de biodiversidade.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
 Origens Brasil® - Site da Rede Multissetorial de Rastreabilidade e Garantia de Origem e seu Manual	- Plataforma baseada em código QR que vincula produtos à origem, comunidade e dados de produção. - O manual explica a inserção de dados, a verificação e o funcionamento da plataforma.	Compradores e agentes de fornecimento que trabalham com redes. indígenas/tradicionais na Amazônia brasileira.
		Por que é útil - Rastreabilidade e garantia de origem no nível do consumidor. - O manual auxilia as equipes de suprimentos a integrar o rastreamento de origem aos registros dos fornecedores.

2

Termos comerciais e compartilhamento equitativo de benefícios



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A UEBT — Manual de partilha justa e equitativa de benefícios	- Definições de partilha de benefícios/ARB. - Processo de avaliação em 7 etapas. - Orientação sobre funções e como aplicar políticas nas cadeias de suprimento.	Empresas que adquirem ingredientes da biodiversidade e produtos naturais.
		Por que é útil - Estrutura testada em campo para obrigações de ARB e TK. - Acordos de partilha de benefícios auditáveis.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B Conexsus - Guia de boas práticas para mercados responsáveis (POR)	- Orientação passo a passo para relações comerciais éticas e transparentes. - Abrange planejamento, pré-requisitos, planos de qualificação, termos comerciais, formalização e avaliação.	- Empresas que compram produtos sociobiodiversos. - Empresas comunitárias/cooperativas que entram nos mercados formais.
		Por que é útil - Adaptado para cadeias de suprimento sociobioeconômicas. - Fortalece relações justas entre compradores e comunidades. - Oferece conselhos práticos para acordos comerciais responsáveis, transparentes e inclusivos.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
C Centro do Protocolo de Nagoya - Visão geral da partilha de benefícios	- Explicação das cláusulas contratuais modelo. - Base jurídica ao abrigo do Protocolo de Nagoya. - Relação com os acordos de ARB.	Elaboradores de políticas e redatores de contratos.
		Por que é útil Contexto fundamental para a elaboração de cláusulas modelo em acordos de TK/ARB.



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
D VEJA - Contratos reais com fornecedores com termos comerciais claros	Contratos reais com cooperativas locais: termos transparentes, estruturas de preços, cronogramas, compromissos compartilhados.	Empresas que se abastecem junto às comunidades amazônicas.
		Por que é útil - Modelos viáveis de relações de fornecimento equitativas. - Inspirar formatos de aquisição transparentes e justos.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
E Responsible Contracting Project - Kit de ferramentas de contratação	- Cláusulas contratuais modelo (MCCs 2.0). - Códigos de conduta, explicações e resumos de políticas.	Empresas/compradores que elaboram contratos com fornecedores.
		Por que é útil Cláusulas prontas para adaptação que incorporam salvaguardas ambientais e de direitos humanos.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
F Natural Justice - A Caixa de Imagens ARB	- Cartões ilustrados para explicar os princípios da ARB. - Notas do facilitador com objetivos, dicas e mensagens-chave.	Facilitadores que trabalham com comunidades com baixo nível de alfabetização ou remotas.
		Por que é útil - Torna os conceitos ARB acessíveis e inclusivos. - Apoia o diálogo e a compreensão.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
G Natural Justice - Kit de ferramentas de protocolos comunitários sobre Acesso e Repartição de Benefícios (ARB)	- Kit de ferramentas para protocolos comunitários bioculturais. - Noções básicas sobre ARB, etapas de negociação, modelos e ferramentas para documentação.	Comunidades, ONGs, equipes de projeto que negociam TK/ARB.
		Por que é útil Ferramenta fundamentada e baseada em direitos para estruturar o consentimento, a compensação e a governança de longo prazo.



3

Governança empresarial e prestação de contas



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A Transparência Internacional - Integridade empresarial: Um kit de ferramentas para médias empresas	- Modelo personalizável de política anticorrupção (p. 25). - Orientação sobre comitês de ética, avaliações de risco e estruturas de relatórios.	PMEs que precisam de uma introdução às estruturas anticorrupção.
		Por que é útil - Kit inicial de governança prático e acessível. - Alinha as PMEs com os padrões globais anticorrupção.
Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B IFC - Guia de Governança para pequenas e médias empresas (PMEs)	- Estrutura de governança adaptada às fases de crescimento das PME. - Planilhas passo a passo e ferramentas de planejamento de ações (apêndice). - Práticas líderes em cultura, tomada de decisões, gestão de riscos, divulgação e transparência e estruturas de propriedade.	PMEs em qualquer estágio (<i>início, crescimento, expansão</i>) que precisam de ferramentas de governança.
		Por que é útil Adaptado para PMEs, evitando a complexidade das grandes empresas.
Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
C Responsible Sourcing Tool - Código de conduta para fornecedores de alimentos e bebidas	Cláusulas modelo que abrangem: - Proibições de trabalho forçado/infantil. - Salários, horários, não discriminação. - Condições de trabalho seguras. - Gestão ambiental, transparência e canais de reclamação.	Empresas de alimentos e bebidas que elaboram códigos/contratos de fornecedores.
		Por que é útil - Modelo específico para o setor. Juridicamente credível. - Alinhado com as normas internacionais de <i>due diligence</i>.



Princípio 5 | Ferramentas e recursos prontos para uso

Proteger e restaurar a natureza, o clima e a biodiversidade

Área de boas práticas

- | | | | |
|----------|---|---|---|
| 1 | Florestas, ecossistemas de água doce e biodiversidade saudáveis |  |  |
| 2 | Gestão e uso sustentável da água |  |  |
| 3 | Gestão da poluição, dos recursos e das emissões |  |  |
| 4 | Resiliência e adaptação aos riscos climáticos |  |  |

1

Florestas, ecossistemas de água doce e biodiversidade saudáveis



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A KBA Partners - Diretrizes sobre negócios e áreas-chave para a biodiversidade (KBAs): Gerenciamento de riscos para a biodiversidade e a Ferramenta de avaliação integrada da biodiversidade (IBAT)	- Manual para identificar KBAs usando critérios quantitativos (<i>espécies ameaçadas, áreas protegidas, etc.</i>). - Banco de dados IBAT para triagem rápida e documental antes de pesquisas de campo.	Empresas que realizam triagem/linhas de base de biodiversidade.
		Por que é útil - Método reconhecido globalmente para identificar habitats críticos antecipadamente. - Ajuda a evitar a localização em áreas sensíveis e orienta a mitigação.
Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B HCV Resource Network - Orientação comum para a identificação de altos valores de conservação (HCV)	Metodologia para identificar altos valores de conservação (<i>diversidade de espécies, serviços ecossistêmicos, valores culturais e paisagens intactas</i>).	Agricultura, silvicultura, cadeias de suprimento de PFNM; linha de base e planejamento do uso da terra.
		Por que é útil - Amplamente aceito (<i>por exemplo, FSC</i>). - Linha de base prática para mapear habitats e evitar a conversão.
Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
C UEBT - Planos de ação para a biodiversidade (BAP) Manual	- Guia passo a passo para BAPs, com modelos anexos para bases de referência, ações e monitoramento. - Abrange espécies nativas, serviços ecossistêmicos e conectividade.	Empresas/grupos de produtores em cadeias de suprimento de ingredientes naturais.
		Por que é útil - Estrutura pronta para auditoria e alinhada com a certificação. - Adaptável para cadeias de suprimento de PFNM da Amazônia.



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
 FairWild - Modelo de plano de gestão para coleta silvestre	- Modelo para preenchimento de planos de gestão de recursos. - Seções para avaliação de recursos, colheita sustentável, funções e responsabilidades.	Empresas comunitárias, cooperativas, empresas de PFNMs.
		Por que é útil - Modelo simples e pronto para uso para PFNMs. - Apoia a documentação de limites e BMPs práticos.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
 Natura &Co - Política de biodiversidade (Exemplo real de empresa)	- Política com compromissos com o desmatamento zero, CLPI, compartilhamento de benefícios, serviços ecossistêmicos, direitos indígenas. - Sete áreas de ação: ciência, fórmulas sustentáveis, relações com a comunidade, compartilhamento de benefícios, fornecimento de matéria-prima, operações e comunicação.	Empresas que adquirem/operam em contextos ricos em biodiversidade.
		Por que é útil - Uma política corporativa realista focada na América Latina. - Modelo para gestão regenerativa e inclusiva da biodiversidade na comunidade.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
 WWF – Serviços ecossistêmicos e pagamentos por serviços ecossistêmicos (PES)	- Introdução prática ao PES voltada para empresas. - Descreve cinco modelos de negócios de PES: bens de valor agregado, redução de custos, conformidade regulatória, PES voluntário e compras públicas. - Exemplos rápidos de casos de diversos setores.	Empresas e investidores durante a elaboração de estratégias ou o desenvolvimento de parcerias.
		Por que é útil Ajuda o setor privado a identificar oportunidades de negócios relacionadas à gestão de ecossistemas.

2

Gestão e uso sustentável da água



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A	WRI - Aqueduct Water Risk Atlas e WWF - Water Risk Filter	- Aqueduct Water Risk Atlas: mapas interativos com estresse de referência, inundações, secas e qualidade. - Filtro de risco hídrico: pontuações de risco e cenários climáticos futuros.
		Qualquer empresa que avalie/monitore riscos hídricos.
B	Água Simplesmente Sustentável - Guia de gestão da água ao nível da exploração agrícola/instalação	Pequenas empresas, cooperativas, instalações comunitárias.
		Ferramentas robustas e confiáveis para mapeamento de riscos hídricos.
C	Alliance for Water Stewardship (AWS) - Orientação da aliança para a gestão da água	Guia visual em seis etapas: mapeamento de fontes, proteção de bacias hidrográficas, verificações de vazamentos/erosão, eficiência, monitoramento e registros.
		- Ferramenta inicial acessível para baixo consumo de água. - Apoia planos de gestão da água pela primeira vez.
D	WBCSD - Navegador de responsabilidade pela água doce (FAN)	Locais com consumo médio/alto de água.
		Plano de gestão da água reconhecido globalmente.
D	- Ferramenta de autoavaliação e relatórios. - Avalia a governança, os riscos, o desempenho e a divulgação de informações sobre a água doce.	Empresas com consumo médio-alto de água ou bacias hidrográficas sensíveis.
		Caminho orientado para os negócios para documentar e comunicar a gestão da água.



3

Gestão da poluição, dos recursos e das emissões



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A NetRegs - Kit de ferramentas genérico de gestão para PMEs	- Modelos para energia, emissões, resíduos, água e uso de recursos. - Lista de verificação de resposta a incidentes e registro de manutenção.	PMEs que necessitam de um plano simples de gestão da poluição.
		Por que é útil - Kit de ferramentas inicial de uma página. - Ponto de entrada fácil para planos de gestão de recursos e poluição.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B BID - Manual de contabilidade de GEE	- Metodologias passo a passo para os Escopos 1 e 2. - Abrange limites, fatores de emissão e estimativa.	Empresas com emissões moderadas a elevadas de GEE.
		Por que é útil - Alinhado com o Protocolo de GEE e os padrões do BID. - Produz inventários de GEE auditáveis.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
C BID Invest - Nota de boas práticas: Gestão de águas residuais para o setor do agronegócio	- Melhores práticas de gestão de águas residuais (<i>prevenção da poluição, tratamento e efluentes</i>). - Análise de risco em níveis para descargas. - Parâmetros e métodos de monitoramento. - Introduções específicas para o setor.	Empresas do agronegócio na América Latina e no Caribe (<i>processamento, alimentos e bebidas, agroindústria</i>).
		Por que é útil Roteiro prático adaptado à agroindústria na América Latina e no Caribe.



4

Resiliência e adaptação aos riscos climáticos



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A BID Invest - Construindo uma melhor resiliência: nota sobre como evitar a má adaptação 	- Definição clara e tipos de adaptação inadequada. - Fatores que levam à má adaptação (<i>planejamento inadequado, foco de curto prazo, desigualdade e bloqueios</i>). - Estrutura clara para avaliar o espectro de adaptação-desadaptação. - Lista de verificação de perguntas orientadoras sobre ecossistemas, equidade, governança e viabilidade (<i>p. 25</i>).	Equipes de projeto e responsáveis por A&S que projetam ou implementam projetos de adaptação climática.
		Por que é útil - Roteiro prático para evitar resultados indesejados e prejudiciais da adaptação. - Melhora o projeto de resiliência climática, alinhando-se ao Acordo de Paris.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B Banco Mundial - Ferramenta de avaliação de riscos climáticos e de desastres 	- Ferramenta online: sobreposições de riscos (<i>inundações, secas, tempestades e incêndios</i>). - Questionário e relatório de risco gerado automaticamente.	Qualquer empresa/equipe de projeto que analise ameaças climáticas locais.
		Por que é útil - Análise climática instantânea a partir do escritório. - Fácil de anexar a arquivos de <i>due diligence</i>.



Princípio 6 | Ferramentas e recursos prontos para uso

Demonstrar impacto e prestar contas

Área de boas práticas

1

Monitoramento e acompanhamento do desempenho



2

Gestão adaptativa e aprendizagem



3

Divulgação do desempenho



1

Monitoramento e acompanhamento do desempenho



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A IFC - Manual de implementação do SGAS (Elemento 9: Monitoramento e revisão)	- Como projetar sistemas de monitoramento que meçam a intenção, a implementação e a eficácia (p. 56). - Agenda para reuniões de revisão da gestão (p. 62).	Empresas que estão implementando um SGAS e precisam de etapas de monitoramento.
		Por que é útil Etapas práticas e adequadas para PMEs para incorporar o monitoramento no SGAS sem recursos pesados.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B UEBT - Manual de planos de ação para a biodiversidade (BAP)	- Requisitos e protocolos de monitoramento (p. 20). - Exemplos de indicadores (p. 49).	Empresas que desenvolvem Planos de Gestão da Biodiversidade ou A&S.
		Por que é útil - Manual alinhado com a certificação. - Orientação proporcional para iniciar rapidamente o monitoramento.



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
C WWF - Guia de monitoramento, relatório e verificação baseados na comunidade	Orientação sobre como definir prioridades de monitoramento, coletar e analisar dados, desenvolver a capacidade da comunidade.	Comunidades ou equipes de projeto que desenvolvem em conjunto o monitoramento participativo.
		Por que é útil - Permite que as comunidades liderem o monitoramento. - Garante evidências participativas, confiáveis e transparentes.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
D KoBoToolbox - Coleta de dados móvel gratuita	Plataforma de código aberto com: - Construtor de formulários e bibliotecas. - Suporte multilíngue. - Coleta de dados offline. - Painéis para resultados.	Equipes de campo/recenseadores comunitários em áreas remotas/offline.
		Por que é útil - Maneira econômica e fácil de digitalizar o monitoramento. - Torna o acompanhamento de indicadores mais rápido e transparente.

2

Gestão adaptativa e aprendizagem



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A GIDA - Rede GIDA e Princípios CARE para a governança de dados indígenas	- Explicação do princípio CARE: Benefício Coletivo, Autoridade para Controlar a Responsabilidade Ética. - Artigo prático com orientações passo a passo para a aplicação.	Empresas, ONGs, parceiros de pesquisa que lidam com dados indígenas/comunitários.
		Por que é útil - Transforma o CARE de princípio em ação. - Protege o CLPI indígena, os direitos de propriedade intelectual e garante o compartilhamento respeitoso de conhecimento.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B PNUD/Iniciativa Equador - Prêmio Equador, Estudos de caso e Diálogos comunitários	- Casos premiados com o Prêmio Equador. - Centro de conhecimento com estudos de caso públicos. - Diálogos para aprendizagem entre pares.	Empresas/empreendedores sociais que buscam modelos de relatórios inclusivos.
		Por que é útil - Demonstra formatos visuais e narrativos enraizados no contexto local. - Inspira relatórios participativos e responsabilidade.



3 Divulgação do desempenho


[Volte](#)


Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A IFC - Guia ASG	- Anexo 1: métricas e indicadores sugeridos (p. 60). - Seção 3: orientações sobre divulgação ASG e relatórios de sustentabilidade (p. 47).	Empresas que melhoram a divulgação de informações de acordo com as expectativas da IFC.
		Por que é útil - Lista de indicadores prontos para uso para monitoramento de registros. - Explica como traduzir dados em divulgações confiáveis.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B Accountability Framework Initiative (AFi) - Orientação operacional sobre relatórios, divulgação e reivindicações	- Seções 2-4: exposição a riscos e relatórios de conformidade. - Seção 5: origens do fornecimento e divulgação de fornecedores. - Sec. 6: reivindicações de sustentabilidade comprovadas (escopo, prazo e evidências).	Empresas agrícolas/florestais que relatam sobre desmatamento, conversão e riscos de RH.
		Por que é útil - Fornece um roteiro estruturado para relatórios claros e baseados em evidências. - Ajuda a evitar o greenwashing e a alinhar-se com as normas globais.



Princípio 7 | Ferramentas e recursos prontos para uso
Fortalecer capacidades e redes

Área de boas práticas

1

Capacidade local e comunitária



2

Redes e parcerias multissetoriais



1 Capacidade local e comunitária



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A Natural Justice - Kit de ferramentas de protocolos comunitários bioculturais (BCP)	- Orientação para documentar identidade, governança e valores culturais. - Métodos para criar BCPs. - Estratégias para negociação, divulgação e revisão.	Facilitadores comunitários ou ONGs que apoiam grupos indígenas/rurais.
		Por que é útil - Fortalece acordos comunitários sobre direitos, consentimento e benefícios. - Constrói bases para a governança de longo prazo.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B Aceleradoras e incubadoras da Amazônia	NESsT (América Latina e Global): incubação, capital de crescimento, apoio empresarial. BID Lab (América Latina e Caribe): capital catalítico (<i>empréstimos, capital próprio, subsídios</i>). AMAZ Aceleradora de impacto (Brasil): aceleração, investimento, mentoria, conexões com investidores de impacto. PPA - Parceiros pela Amazônia (Brasil): coalizão para aceleração e investimentos. Sinergia - Jornada Amazônia (Brasil): mentoria, capacitação, acesso a financiamento.	Startups, empresas comunitárias, fornecedores em cadeias de valor da sociobioeconomia.
		Por que é útil - Abre acesso a capital, mercados e mentoria personalizada. - Apoia empresas sediadas na Amazônia a crescer e formalizar cadeias de suprimento.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
C PNUD - Learning for Nature (Plataforma online de capacitação)	- Centro multilíngue com cursos individualizados, programas facilitados e webinars. - Tópicos: financiamento da biodiversidade, ARB, gênero e meio ambiente, soluções baseadas na natureza. - Certificados para muitos cursos.	Empresas, comunidades e profissionais que buscam treinamento prático e gratuito.
		Por que é útil - Treinamento gratuito e reconhecido mundialmente. - Fortalece a capacidade técnica e organizacional de empresas e parceiros.



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
D FAO - Academia de eLearning	• Cursos e webinars multilíngues e certificados em cerca de 25 áreas temáticas (<i>florestas, clima, proteção social, trabalho infantil, água, gênero, etc.</i>). • Módulos individualizados e ministrados por instrutores. • Certificados e crachás digitais. • Repositório de webinars gravados e materiais de aprendizagem.	• Empresas, comunidades e profissionais que buscam capacitação prática e gratuita. Por que é útil • Plataforma global gratuita e confiável. • Permite aprendizagem flexível por tópico e nível de risco. • Desenvolve a conscientização e as habilidades essenciais para conformidade, participação e melhor desempenho em ASG.
E Padrões de certificação - Centros de recursos	• Links para os centros FSC, FairWild, UEBT, Fairtrade, RA, Organic, Origens Brasil®. • Manuais, cursos online, listas de verificação e modelos.	• PMEs, cooperativas e empresas comunitárias que buscam treinamento para fornecedores. Por que é útil • Acesso direto a treinamentos e ferramentas alinhados à certificação. • Ajuda os fornecedores a atender aos requisitos dos compradores e a se alinhar com as salvaguardas.
E Centro de Comércio Internacional - Mapa de normas	• Banco de dados online que compara mais de 300 normas de sustentabilidade em todos os setores, regiões geográficas e etapas da cadeia de valor. • Filtros por mercadoria, região ou tema (<i>por exemplo, trabalho e meio ambiente</i>). • Relatórios comparativos mostrando alinhamento e sobreposições entre normas.	• Empresas, produtores e instituições financeiras que avaliam opções de certificação ou caminhos de conformidade. • Útil nas fases iniciais de planejamento ou <i>due diligence</i>. Por que é útil • Ajuda a identificar quais certificações melhor atendem às necessidades do projeto ou do fornecedor. • Simplifica a seleção de estruturas de sustentabilidade alinhadas com os princípios da sociobioeconomia. • Fonte confiável mantida pelo Centro de Comércio Internacional (ITC).

2

Redes e parcerias multissetoriais



Volte



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
A Redes e parcerias de partes interessadas múltiplas na Amazônia	• Rede Pan-Amazônica para a Bioeconomia (AMZBioecon): “Rede de redes” com forças-tarefa bem definidas. • Coalizão de Investidores da Amazônia: plataforma que conecta capital e produtores. • Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura: Advocacia e compromissos. • Rede Financeira da Amazônia (IFC e BID Invest): mobilização de capital privado.	• Empresas, grupos de produtores, ONGs, investidores alinhados com as agendas regionais.
		Por que é útil • Proporciona acesso a coalizões regionais que moldam políticas, finanças e conhecimento. • Ajuda a antecipar mudanças e acessar ferramentas, estudos e oportunidades coletivas.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
B Padrões de certificação - Redes e parcerias	• FSC, Fairtrade, RA, FairWild, UEBT, Orgânico, redes Origens Brasil®. • Grupos de membros, assembleias anuais e alianças regionais. • Aprendizagem entre pares, canais de defesa, marcas coletivas.	• Empresas que aderem a esquemas de certificação para expandir parcerias.
		Por que é útil • Pontos de entrada prontos para diálogo, aprendizagem e defesa. • Fortalece a participação em ecossistemas socioeconômicos.



Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
C <u>Accountability Framework Initiative (AFi) - Orientação operacional para o cumprimento de compromissos por meio da colaboração</u>	• Caminhos práticos para a colaboração setorial, paisagística e jurisdicional. • Inclui o envolvimento conjunto das partes interessadas, acordos de conservação e uso de sistemas de monitoramento.	• Empresas que abordam os riscos de desmatamento e direitos humanos por meio de ações coletivas. Por que é útil • Ajuda as empresas a compartilhar responsabilidades e construir legitimidade. • Fornece abordagens estruturadas e confiáveis para demonstrar o progresso.

Ferramenta / Recurso	O que oferece	Quem / Quando
D <u>NESsT - Desbloqueando o potencial do ecossistema global de financiamento para a bioeconomia amazônica</u>	• Análise das barreiras de financiamento para empreendimentos de base comunitária. • Apresenta nove oportunidades concretas para melhorar o acesso a capital, o apoio a empreendimentos e a infraestrutura do ecossistema.	• Investidores, aceleradoras, ONGs e empresas fortalecendo condições habilitadoras para negócios de base comunitária. Por que é útil • Ajuda investidores e empreendimentos a identificar restrições sistêmicas e a desenhar parcerias e abordagens de financiamento que fortaleçam o ecossistema da sociobioeconomia amazônica.

Autores e principais colaboradores

Autores da TNC

- Lisa Ferguson
- Sarah Gammage
- Gabriela Jaramillo
- Ro'otsitsina Juruna
- Natália Leite
- Linett Leon

Colaboradores do BID

- Daniel Hincapie
- Tatiana Schor
- Vanessa Licht Tellez
- Johanna Hansmann

Colaboradores da TNC

- Marina Aragão
- Carolina Carrillo
- Gabriela Celi
- Mónica Chávez
- Ximena Checa Rivas
- Adriana Correa
- Luis Dávalos
- Daniela Lizano
- Rafael Mendoza
- Juan Carlos Parra
- Aline Perez
- Carolina Polaina
- Alfredo Salinas
- Juliana Simões
- Helcio Souza
- Fabián Tamayo
- Teresa Veloz
- Isai Vitorino

Colaboradores do BID Invest

- Gabriel Azevedo
- Jaime Garcia Alba
- Leonardo Mazzei
- Mauro Mora Núñez
- Milena Correia Cafruni
- Paula Valencia
- Thomaz Pacheco